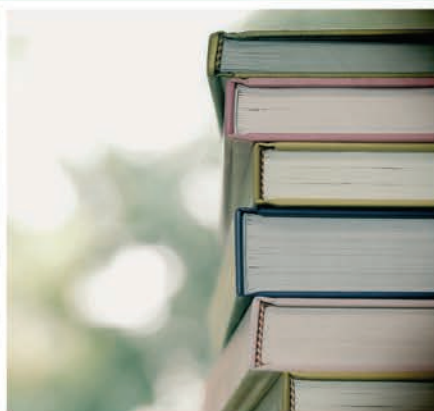


SEP

SISTEMA DE ENSINO
PREPARAENEM

REDAÇÃO



3



REDAÇÃO

Volume 3 - 1ª Edição

Goiânia
CLASSIS EDITORA
2015



CLASSIS
EDITORA

SISTEMA DE ENSINO PREPARAENEM - REDAÇÃO

Volume 3

©2015 CLASSIS EDITORA

AUTORA

Rafaella Eleutério

DIREÇÃO EDITORIAL

Alexandre Pullig Corrêa

COORDENAÇÃO DE ARTE

Gedson Clei Ribeiro Alves

CAPA

Gedson Clei Ribeiro Alves

IMAGEM DE CAPA

shutterstock.com

EDIÇÃO DE ARTE

Alex Alves da Silva

Gedson Clei Ribeiro Alves

Luiz Felipe Magalhães

Silvio Ribeiro da Cunha Filho

REVISÃO

Alex Alves da Silva

Alexandre Pullig Corrêa

Cristiano Siqueira

Danielle Pullig Corrêa

Gedson Clei Ribeiro Alves

Rafaella Eleutério

PREPARAÇÃO DE TEXTOS

Alexandre Pullig Corrêa

Cristiano Siqueira

PROJETO GRÁFICO

Gedson Clei Ribeiro Alves

Alexandre Pullig Corrêa

DIAGRAMAÇÃO

Gedson Clei Ribeiro Alves

Goiânia - 1ª edição - 2015

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

CLASSIS EDITORA

Av. Eng. Eurico Miranda, Qd. 04, Lt. 12/14 - Sala 209

Ed. Concept Office - Vila Maria José

CEP: 74815465 - Goiânia - Goiás - Brasil

Fone: +55 (62) 3877 3214

classiseditora@gmail.com

ISBN: 978-85-88249-26-7

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

POLIGRÁFICA

“Competência é a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos – como saberes, habilidades e informações – para solucionar com pertinência e eficácia uma série de situações. Pensar em termos de competência significa pensar a sinergia, a orquestração de recursos cognitivos e afetivos diversos para enfrentar um conjunto de situações que apresentam analogias de estrutura.”

Philippe Perrenoud

Caro estudante,

Os novos desafios e mudanças propostas para a melhoria da educação brasileira têm provocado significativas transformações, exigindo mudanças tanto por parte da escola como por parte dos estudantes do ensino médio.

Nossa tradição escolar ainda tem muito do enciclopedismo iluminista. Muitos educadores ainda acreditam que devem fazer com que os alunos absorvam todo o conhecimento que existe no mundo, o que é impossível.

O novo aprendizado deve promover, não apenas a mera reprodução de dados, mas sim ajudá-lo a responder às transformações da sociedade e da cultura em que está inserido, desenvolvendo a capacidade cognitiva de interpretar textos, solucionar problemas e relacionar diferentes áreas do conhecimento.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), desde a sua criação em 1998, procura avaliar as competências e habilidades adquiridas pelos estudantes ao término do ensino médio. Em 2009 o ENEM foi reformulado e, a partir de então, ganhou maior importância no cenário nacional, tornando-se o principal instrumento de seleção para as universidades no país. Ademais, ainda é o primeiro passo na promoção de um novo currículo para o ensino médio do Brasil.

A adoção do ENEM por todas as instituições federais de ensino superior do país em 2013 e o número recorde de inscritos em 2014 (que superou os 9,5 milhões de candidatos), revela que, além de ser hoje a forma principal de conquistar a tão sonhada vaga no curso superior, o exame está cada vez mais concorrido.

Com o intuito de oferecer condições mais efetivas para o aprendizado e o desenvolvimento das competências e habilidades estabelecidas pelo exame, o Sistema de Ensino PreparaEnem (SEP), apresenta os conteúdos de forma a desvendar os mistérios do exame, e de outros vestibulares, para garantir a você uma preparação completa e eficaz.

SUMÁRIO

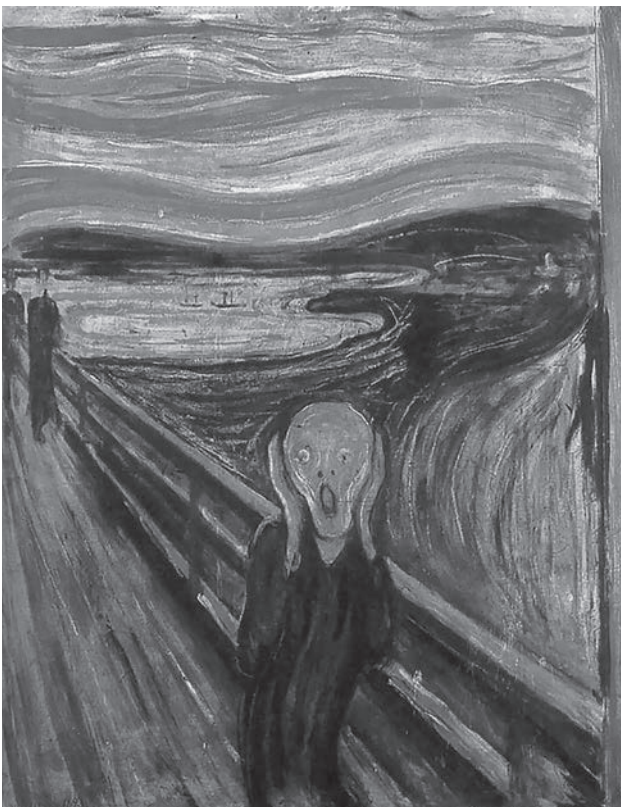
OS DESAFIOS DE ARTICULAR IDEIAS PARA COMPOR UM TEXTO COM SENTIDO	7
SOBRE OS TEXTOS MOTIVADORES	8
A INTERVENÇÃO NO MUNDO – DESAFIOS DE UMA CIDADANIA CONSCIENTE	9
O ESTADO BRASILEIRO COMO ATOR SOCIAL	12
A DIGNIDADE DO SER HUMANO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	17
PROPOSTAS DE REDAÇÃO	20
PRIMEIRA PROPOSTA – LISTA TEMÁTICA: BRASIL, PÁTRIA (DES)EDUCADORA	21
PRIMEIRA PROPOSTA – TEMA: “O DESAFIO DE TRANSFORMAR O BRASIL EM PÁTRIA EDUCADORA”	21
SEGUNDA PROPOSTA – LISTA TEMÁTICA: LOUCURA – ENTRE O TRANSTORNO MENTAL E O ESTEREÓTIPO SOCIAL	31
SEGUNDA PROPOSTA – TEMA: “ENTRAVES E DESAFIOS DA RELAÇÃO ENTRE O PORTADOR DE TRANSTORNO MENTAL, A FAMÍLIA, A SOCIEDADE E O ESTADO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO”	40
TERCEIRA PROPOSTA – LISTA TEMÁTICA: A VULNERABILIDADE DA JUVENTUDE NEGRA À VIOLÊNCIA E SUAS RAZÕES SOCIAIS, HISTÓRICAS E ECONÔMICAS	41
TERCEIRA PROPOSTA – TEMA: “A VIOLÊNCIA E O ESTADO DE VULNERABILIDADE DO JOVEM NEGRO NO BRASIL”	44
QUARTA PROPOSTA – TEMA: “AIDS – O DESAFIO DA CONSCIENTIZAÇÃO DIANTE DO AFROUXAMENTO DA PREVENÇÃO”	45
QUINTA PROPOSTA – TEMA: “CRIMES DE PEDOFILIA NO BRASIL: COMO EXTINGUIR ESSE MAL?”	46
SEXTA PROPOSTA – TEMA: “A DIMINUIÇÃO DA POBREZA EXTREMA NO BRASIL É UMA REALIDADE, MAS A PENUMBRA EXISTENCIAL DOS QUE AINDA SE ENCONTRAM NELA TAMBÉM”	47
SÉTIMA PROPOSTA – TEMA: “O EXCESSO DE PARTO CESARIANO NO BRASIL E A EPIDEMIA DO DESCONTROLE”	49

OS DESAFIOS DE ARTICULAR IDEIAS PARA COMPOR UM TEXTO COM SENTIDO

À competência três da prova de redação do ENEM cabe selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista. Propriamente, o candidato deve demonstrar capacidade de diálogo com a coletânea, com o conhecimento extracoletânea, relacionando tais ideias de forma a produzir uma opinião coerente.

Conforme orienta a própria avaliação do ENEM, o aluno precisa basear-se na leitura dos textos motivadores e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação. Avalia-se se o autor da dissertação argumentativa consegue perceber os pressupostos da coletânea, assim como fazer relação entre os pontos de vista apresentados e outras fontes de referência. A importância da terceira competência está justamente em avaliar a construção do leitor crítico e de como ele utiliza sua leitura (de textos e de mundo) para articular um discurso autoral, próprio. Importantes caminhos para isso são a intertextualidade e a interdiscursividade, apoiando-se em textos e discursos de várias áreas do saber, como a filosofia, a geopolítica, a sociologia, a literatura, o cinema, a história... É preciso, contudo, o cuidado de construir pontes de sentido entre essas referências e o foco temático, para que se garanta a plausibilidade do texto, pois o critério de coerência, como já dito, é fundamental aqui.

Imagine, por hora, que, em uma dissertação sobre o tema de 2012 (O movimento migratório para o Brasil no século XXI), analisou-se a dificuldade de o estrangeiro adaptar-se em outra terra, como o Brasil, para falar que é preciso haver políticas de integração do migrante ao novo país. O aluno poderia construir a seguinte imagem:



O grito (1893) – Edvard Munch.



shutterstock.com

“Ao migrar, o cidadão coloca-se numa ponte de incertezas e relativo abandono. O cenário do desconhecido e as diferenças socioculturais dão a ele a sensação de medo e insegurança. É o grito surdo do homem no meio da ponte, no meio do Brasil, no meio do mundo. Importa, nesse caso, à sociedade e à política de imigração desse país, tornar essa travessia possível. É o que se tentou fazer com os haitianos que entraram clandestinamente no Brasil, mas que receberam ajuda humanitária, conseguindo documentos, como o CPF, para recomponem suas vidas e, por meio do trabalho, adaptarem-se a essa terra, contribuindo com seu desenvolvimento”.

A extrapolação da coletânea se dá aqui por meio da intertextualidade com o conhecido quadro “O grito”, de Edvard Munch. Apesar de essa obra não se referir propriamente ao movimento migratório, cabe ao autor do texto delinear o que se chamou de ponte de sentido, relacionando essa referência artística ao tema e criando um efeito de sentido expressivo e original. Além disso, aproveita-se a oportunidade para dialogar com a coletânea, sem copiá-la indevidamente (o que seria desconsiderado pela avaliação da banca corretora): alia-se a imagem do quadro ao caso dos haitianos, numa reflexão sobre o segundo texto motivador da prova do ENEM 2012.

Reveja as orientações do Guia do Participante da redação do ENEM 2013 sobre a terceira competência solicitada na prova de Redação:

Esta Competência trata da inteligibilidade do texto, ou seja, da sua coerência, da plausibilidade entre as ideias apresentadas. A inteligibilidade da sua redação depende, portanto, dos seguintes fatores:

- relação de sentido entre as partes do texto;
- precisão vocabular;
- progressão temática adequada ao desenvolvimento do tema, revelando que a redação foi planejada e que as ideias desenvolvidas são pouco a pouco apresentadas, em uma ordem lógica;
- e adequação entre o conteúdo do texto e o mundo real.

Os fatores acima detalhados contribuem para a garantia da coerência textual. A coerência se estabelece a partir das ideias apresentadas no texto e dos conhecimentos dos interlocutores, garantindo a construção do sentido de acordo com as expectativas do leitor. Está, pois, ligada à compreensão, à possibilidade de interpretação dos sentidos do texto. O leitor poderá “processar” esse texto e refletir a respeito das ideias nele contidas; pode, em resposta, reagir de maneiras diversas: aceitar, recusar, questionar, até mesmo mudar seu comportamento em face das ideias do autor, compartilhando ou não da sua opinião.

Resumindo: na organização do texto dissertativo-argumentativo, você deve procurar atender às seguintes exigências:

- apresentação clara da tese e seleção dos argumentos que a sustentam;
- encadeamento das ideias, de modo que cada parágrafo apresente informações novas, coerentes com o que foi apresentado anteriormente, sem repetições ou saltos temáticos;
- congruência entre as informações do texto e a realidade;
- e precisão vocabular.

SOBRE OS TEXTOS MOTIVADORES

Por Chico Viana

Saber usar os textos motivadores concorre para que se produza uma boa redação no vestibular. Uma das funções desses textos é **despertar ideias** para o desenvolvimento do tema. Outra, não menos importante, é ajudar a **manter o foco temático** (o desrespeito ao foco é um dos problemas mais graves na produção textual).

O candidato deve aproveitar os textos motivadores sem copiar, pois cópias não são consideradas para a contagem do número de linhas e podem, quando em excesso, levar ao 0 (zero) (Cf. o Guia do Participante Enem 2013, p. 11). Há professores que, temendo essa possibilidade, chegam ao absurdo de dizer aos alunos que os ignorem. Essa é uma orientação insensata e mesmo irresponsável, pois desconsidera que os textos existem para servir de orientação. Não estão ali por acaso, ou para enfeite. Ignorá-los pode fazer com que o candidato escreva uma redação genérica, tangenciando o tema. Além disso, priva-o de ter acesso a tópicos que podem (e às vezes devem) ser desenvolvidos.

A orientação para não copiar os textos já aparecia na primeira versão do Enem, em que a banca transcreve fragmento de uma letra de Gonzaguinha. Ao apresentar o tema (Viver e aprender), ela ressalta que o aluno deve desenvolvê-lo "sem se remeter a nenhuma expressão do texto motivador". Mas uma coisa é fazer referências explícitas a expressões contidas no texto, outra é aproveitar ideias despertadas por ele. "Viver/ e não ter vergonha de ser feliz" poderia remeter ao ponto de vista de que o ser humano tem o direito de procurar sem constrangimento a felicidade. "Cantar a beleza de um eterno aprendiz" sugeria outra possível "tese": a de que na vida se deve ter a humildade de aprender sempre.

O ideal é retirar de cada texto motivador as ideias principais, ou seja, fazer um resumo destacando os aspectos que eles enfatizam. Por exemplo: no Enem 2013, cuja redação tinha como tema "Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil", lê-se no primeiro deles:

Qual o objetivo da "Lei Seca ao volante"?

De acordo com a Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), a utilização de bebidas alcoólicas é responsável por 30% dos acidentes de trânsito. E metade das mortes, segundo o Ministério da Saúde, está relacionada ao uso do álcool por

motoristas. Diante deste cenário preocupante, a Lei 11.705/2008 surgiu com uma enorme missão: alertar a sociedade para os perigos do álcool associado à direção.

Para estancar a tendência de crescimento de mortes no trânsito, era necessária uma ação enérgica. E coube ao governo federal o primeiro passo, desde a proposta da nova legislação até à aquisição de milhares de etilômetros. Mas para que todos ganhem, é indispensável a participação de estados, municípios e sociedade em geral. Porque para atingir o bem comum, o desafio deve ser de todos.

(Disponível em www.dprf.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013)

O primeiro parágrafo traz informações que comprovam a influência do álcool em acidentes e mortes no trânsito, e mostra a importância da Lei 11.705/2008 para alertar sobre os riscos de associar álcool a direção. O segundo, a partir da conjunção adversativa (mas), cita uma condição para que a lei produza os seus efeitos: haver a participação de todos.

A eventual omissão de estados, municípios e da sociedade tornaria inúteis os esforços dos que se empenham para criar e aprovar a nova legislação. Esse era um **dado problemático**, e praticamente se impunha ao candidato o dever de comentá-lo, discuti-lo, posicionar-se sobre ele. Isso poderia ser feito por meio da resposta a questões como: o que impede que estados e municípios participem do desafio de cumprir a lei? Qual a melhor forma de estimular essa participação?

Há nos textos motivadores, como se vê, informações que se prestam à discussão e sugerem pontos de vista a serem adotados pelo candidato. A banca os seleciona por ver neles aspectos relevantes do tema. Por outro lado, aproveitar esses textos de modo algum significa ficar preso a eles. Limitar a argumentação às sugestões que trazem, ou aos questionamentos que propõem, pode gerar um texto repetitivo e dar a entender que o candidato não tem ideias próprias. É preciso usá-los como estímulos, referências, e não como camisas de força.

Chico Viana é professor aposentado da UFPB e doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atuou durante seis anos como elaborador de provas de vestibulares e concursos, e por uma década como pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa. Em 2004 criou o Curso Chico Viana, onde ensina português, literatura brasileira e redação. Publicou quatro livros de crônicas, além de vários ensaios em revistas nacionais e internacionais. www.chicoviana.com

A INTERVENÇÃO NO MUNDO – DESAFIOS DE UMA CIDADANIA CONSCIENTE

Todo o processo de elaboração textual solicitada pelo ENEM esbarra em uma exigência maior que, para muitos estudantes, assemelha-se a um “calcanhar de Aquiles” – a obrigatoriedade de se criar uma proposta de intervenção para o problema analisado. Percebe-se nessa competência (a quinta e última da prova de redação) uma busca por selecionar candidatos capazes de fazer intervenções positivas na realidade e nos problemas de nosso país. Afinal, se eles são capazes de discuti-los, criticá-los e posicionar-se diante deles, deveriam ser capazes também de agir em função de revertê-los. É em busca de um indivíduo empreendedor e politizado que se define a solicitação da quinta competência.

O que seria uma boa proposta de intervenção é a grande dúvida de boa parte dos candidatos do ENEM. Deve-se entendê-la como uma ação efetiva capaz de solucionar ou minimizar significativamente os impactos negativos dos problemas relacionados ao tema da prova. Não se trata, porém, de quaisquer problemas. São aqueles que foram discutidos e analisados ao longo da redação do aluno. Tome-se como exemplo o tema do ENEM 2013, “Os efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil”: sugerir que a AMT e o DETRAN invistam em campanhas para educar os jovens, conscientizando-os de que não devem beber e dirigir, será uma proposta pouco eficiente se o que se problematizou no texto foi o fato de que a Lei Seca não consegue minimizar os casos de acidentes provocados por motoristas bêbados, pois a fiscalização não é satisfatória. É preciso cuidar para que a proposta delineada tenha relação com o que, de fato, foi apontado como problema dentro do texto.



Shutterstock.com

Além disso, ela precisa ser exequível. O ENEM não procura salvadores da pátria nem soluções milagrosas, mas medidas específicas e realizáveis, que justifiquem o que deve ser feito, por quem diretamente e como. O detalhamento da proposta e sua boa justificativa são importantes, por garantirem sua aplicabilidade efetiva, prática.

Também deve haver a preocupação de não se ferirem os direitos humanos. Qualquer ação proposta deve respeitar o princípio da inviolabilidade da vida, valorizando a igualdade, a liberdade, a solidariedade e a diversidade sociocultural, por exemplo. Propostas que firam os princípios pregados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos não são aceitas e levam à anulação da prova (nota zero), pois definem o perfil de um cidadão intolerante, o que, no convívio social, contribui para a falta de alteridade e para a discórdia humana. O candidato deve evitar, assim, propostas que defendam a pena de morte, a perseguição a grupos minoritários, soluções que se valham de um discurso de segregação ou preconceito, entre outras medidas polêmicas. A liberdade de expressão de um texto não pode prescindir do respeito.

Reveja as orientações do Guia do Participante da redação do ENEM 2013, sobre a quinta competência solicitada na prova de Redação:

O quinto aspecto a ser avaliado no seu texto é a apresentação de uma proposta de intervenção para o problema abordado. Por isso, a sua redação, além de apresentar uma tese sobre o tema, apoiada em argumentos consistentes, deve oferecer uma proposta de intervenção na vida social. Essa proposta deve considerar os pontos abordados na argumentação, deve manter vínculo direto com a tese desenvolvida no texto e coerência com os argumentos utilizados, já que expressa a sua visão, como autor, das possíveis soluções para a questão discutida.

A proposta de intervenção precisa ser detalhada de modo a permitir ao leitor o julgamento sobre sua exequibilidade, portanto, deve conter a exposição da intervenção sugerida e o detalhamento dos meios para realizá-la.

A proposta deve, ainda, refletir os conhecimentos de mundo de quem a redige, e a coerência da argumentação será um dos aspectos decisivos no processo de avaliação. É necessário que ela respeite os direitos humanos, que não rompa com valores como cidadania, liberdade, solidariedade e diversidade cultural.

Ao redigir seu texto, procure evitar propostas vagas, gerais; busque propostas mais concretas, específicas, consistentes com o desenvolvimento de suas ideias. Antes de elaborar sua proposta, procure responder às seguintes perguntas: O que é possível apresentar como proposta de intervenção na vida social?

Como viabilizar essa proposta?

O seu texto será avaliado, portanto, com base na combinação dos seguintes critérios:

- A** presença de proposta x ausência de proposta;
- B** proposta com detalhamento dos meios para sua realização x proposta sem o detalhamento dos meios para sua realização.

AÇÕES NECESSÁRIAS PARA FAZER SUA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO:

- **Relacionar a proposta com a análise** – lembre-se: o que deve ser solucionado em seu texto é aquilo que foi apontado como um problema na tese e no desenvolvimento da redação. Fuja de soluções para questões que não foram mencionadas por você! Deve haver uma unidade de pensamento que parta do princípio básico de que o candidato é capaz de: explorar o tema → problematizá-lo → criticá-lo → resolver o que foi visto como problema e criticado pelo aluno dentro da abordagem temática.
- **Definir os agentes sociais responsáveis por executar as medidas** – procure garantir que os envolvidos com o problema (direta e/ou indiretamente) possam assumir o compromisso de solucioná-lo. Muitas vezes, o candidato apenas alude esse papel ao governo e à sociedade de modo genérico. É preciso ter a clareza de que, quanto mais atores sociais específicos se envolvem com o combate ao problema tratado no texto, mais essa solução tende a ser efetivada. Procure, no entanto, relacioná-los com aquilo que foi apresentado no desenvolvimento do texto. Veja os principais agentes sociais que podem ser mobilizados em uma proposta de intervenção:



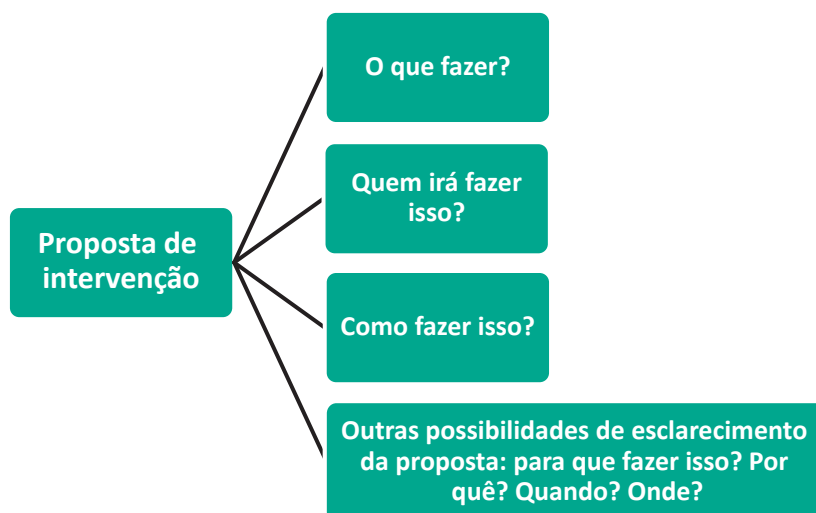
- **Elaborar medidas específicas e realizáveis** – evite criar propostas vagas e abstratas, que não esclareçam como, de fato, o problema será minimizado e até extinto. Aludir apenas à necessidade de conscientização e de investimentos por parte do governo, por exemplo, é uma proposta relativamente vazia, pois surte pouco efeito prático. Primeiro, porque campanhas de conscientização não são, sozinhas, a cura para todos os males. Segundo, porque não fica claro que tipo de investimento é necessário fazer, nem que órgão do governo deve assumir essa tarefa ou como isso será viabilizado na prática (com quais ferramentas, ações, etc.).

É preciso evitar também o excesso de utopia nas propostas apresentadas. Dada a natureza complexa dos problemas que costumam ser tratados nos temas do ENEM, não basta dizer, por exemplo:

“A violência só será erradicada quando todos se unirem, por isso é preciso respeitar o próximo e cultivar a paz”.

Nesse caso, vale muito mais uma medida local, mas que surta efeito prático, do que essa afirmação com tom moralizante, mas pouco eficiente. O que é possível fazer? Que medidas podem trazer um resultado concreto, dentro das limitações da realidade? Seria mais oportuno propor, para promover a paz, o combate à cultura da violência, com criação de ONGs nas comunidades mais violentas, que promoverão debates com relatos de histórias de vida de quem se envolveu com o crime, e farão ações de integração desses indivíduos com sua comunidade, com atividades esportivas e artísticas, capacitação para o mercado de trabalho, entre outras possibilidades.

- **Respeitar os valores humanos** – como já se mencionou, o ENEM visa a selecionar alunos preparados do ponto de vista educacional, mas também intenciona alcançar sujeitos preparados para atuarem positivamente nas relações sociais, conscientes de seu estar no mundo. Desse modo, não basta, no trato da redação, fazer uma proposta de intervenção coerente como a análise desenvolvida: é mister que ela respeite os direitos humanos, a igualdade, a liberdade, a solidariedade e a diversidade sociocultural. Não se justificam, portanto, medidas que apoiem a pena de morte, ou que incitem qualquer tipo de preconceito (quanto à raça, gênero, orientação sexual, etc.) nem que defendam que determinadas culturas são superiores a outras, por exemplo. Até porque com certeza faltariam argumentos racionais nesse sentido ou eles seriam facilmente refutáveis.
- **Resumindo...**



O ESTADO BRASILEIRO COMO ATOR SOCIAL



“O ator é alguém que representa, que encarna um papel dentro de um enredo, de uma trama de relações. Um determinado indivíduo é um ator social quando ele representa algo para a sociedade (para o grupo, a classe, o país), encarna uma ideia, uma reivindicação, um projeto, uma promessa, uma denúncia. Uma classe social, uma categoria social, um grupo podem ser atores sociais. Mas a ideia de “ator” não se limita somente a pessoas ou grupos sociais, instituições também podem ser atores sociais: um sindicato, partidos políticos, jornais, rádios, emissoras de televisão, igrejas etc”.

SOUZA, H. J. Como se faz análise de conjuntura. 11a ed. Petrópolis: Vozes, 1991. p 54.

Em uma produção textual, como a dissertação argumentativa solicitada pelo ENEM, às vezes é necessário atribuir responsabilidades e ações a determinados atores sociais, conforme ocorre ao se delinear uma proposta de intervenção na redação desse processo seletivo. Muitas vezes o governo acaba sendo um ator social amplamente utilizado, para determinar uma medida que ficaria sob sua responsabilidade. Para que sua execução seja mais eficiente, no entanto, é bom que se especifique qual órgão do governo deveria agir no cumprimento daquilo que é proposto no texto. Os textos a seguir detalharão como funciona a estrutura do nosso Estado.

ENTENDA COMO FUNCIONA A ESTRUTURA DO ESTADO BRASILEIRO

por Portal Brasil

Publicado: 17/11/2009 12h18. Última modificação: 03/11/2014 12h21.

O Brasil é uma República Federativa Presidencialista, formada pela União, estados e municípios, em que o exercício do poder é atribuído a órgãos distintos e independentes, submetidos a um sistema de controle para garantir o cumprimento das leis e da Constituição.

O Brasil é uma República porque o Chefe de estado é eleito pelo povo, por período de tempo determinado. É Presidencialista porque o presidente da República é Chefe de Estado e também Chefe de governo. É Federativa porque os estados têm autonomia política.

A União está dividida em três poderes, independentes e harmônicos entre si. São eles o Legislativo, que elabora leis; o Executivo, que atua na execução de programas ou prestação de serviço público; e o Poder Judiciário, que soluciona conflitos entre cidadãos, entidades e o estado.

O Brasil tem um sistema pluripartidário, ou seja, admite a formação legal de vários partidos. O partido político é uma associação voluntária de pessoas que compartilham os mesmos ideais, interesses, objetivos e doutrinas políticas, que tem como objetivo influenciar e fazer parte do poder político.

Todo o conteúdo deste site está publicado sob a licença Creative CommonsCC BY ND 3.0 Brasil

Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/entenda-como-funciona-a-estrutura-do-estado-brasileiro>

Acesso em: 10/05/2015.

GOVERNO FEDERAL É FORMADO POR MINISTÉRIOS, SECRETARIAS E ÓRGÃOS ESPECIAIS ESTADO BRASILEIRO

Presidente da República pode, por meio de lei especial, criar, modificar a estrutura e extinguir ministérios, secretarias e órgãos da administração pública.

por Portal Brasil

Publicado: 31/10/2009 21h23. Última modificação: 28/07/2014 09h01

No Brasil, a formulação, a implantação e o acompanhamento das políticas públicas de nível federal estão a cargo dos ministérios, secretarias especiais, autarquias, agências reguladoras e conselhos. O presidente da República pode, por meio de lei especial, criar, modificar a estrutura e extinguir ministérios, secretarias e órgãos da administração pública.

MINISTÉRIOS

Os ministérios integram a cúpula administrativa. São diretamente subordinados ao presidente da República, auxiliando no exercício do Poder Executivo. Possuem autonomia técnica, financeira e administrativa para executar as ações nas suas áreas de competência.

Também cabe a eles estabelecer estratégias, diretrizes e prioridades na aplicação de recursos públicos, bem como criar normas, acompanhar e avaliar programas federais.

O Ministério da Justiça foi o primeiro a ser criado no Brasil. Sua origem remonta à Secretaria de Estado de Negócios da Justiça, instituída pelo príncipe regente D. Pedro em julho de 1822.

Os titulares das pastas são escolhidos pelo presidente da República. Apenas a chefia do Ministério de Estado da Defesa é privativo de brasileiros natos. Os ministros devem ter mais de 21 anos e gozar de direitos políticos. Eles são responsáveis pela coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na sua área de competência.

SECRETARIAS

Em áreas estratégicas, como Segurança Institucional e Direitos Humanos, o governo possui secretarias especiais, diretamente subordinadas à presidência da República.

A Secretaria-Geral tem a função de assessorar o governo federal e o presidente da República no relacionamento e na articulação com movimentos sociais, entidades patronais e de trabalhadores com a finalidade de criar e manter canais de consulta e participação popular na definição da agenda de prioridades do País. Para cumprir esse papel, a Secretaria-Geral conta com uma estrutura formada pelas demais secretarias, cada uma responsável pela interlocução nas áreas em que atuam.

A atuação das secretarias no âmbito do governo federal está relacionada a um princípio consagrado pela Constituição de 1988: o da participação social como forma de afirmação da democracia. Ao construírem espaços capazes de incorporar as pautas e os interesses dos mais diversos setores da sociedade na elaboração das políticas públicas, as secretarias estimulam o compartilhamento das responsabilidades entre Estado e sociedade.

Os secretários têm status de ministro e são escolhidos pelo presidente da República.

CONSELHOS

Um dos efeitos do reconhecimento dos direitos sociais, no âmbito da Constituição de 1988, foi o fortalecimento dos conselhos de gestão de políticas públicas. Cabe a eles propor diretrizes, tomar decisões relacionadas às políticas ou cuidar da gestão de programas.

Dependendo da área e da finalidade, os conselhos contam com a participação de representantes de diversos segmentos vinculados a uma área, além de integrantes da administração pública (ministérios e órgãos de governo). Por exemplo, o Conselho Nacional de Defesa Civil (Condec) é presidido pelo secretário nacional de Defesa Civil e conta com participação de representantes de vários ministério e órgãos, designados pelo Ministro da Integração Nacional.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), por sua vez, é composto por representantes de entidades de trabalhadores e da sociedade civil, entidades empresariais e dos governos federal, estadual e municipal.

AGÊNCIAS REGULADORAS

Foram criadas nos anos 90 com a finalidade de fiscalizar a prestação de serviços públicos praticada pela iniciativa privada. Funcionam tanto como órgãos direta ou indiretamente ligados à administração.

Elas são dirigidas em regime de colegiado, por um conselho diretor ou diretoria composta por conselheiros ou diretores, sendo que um deles é nomeado pelo presidente da República para ser o diretor ou presidente.

Os integrantes da direção das agências são escolhidos pelo presidente da República. Antes de serem nomeados, as pessoas indicadas devem ser aprovadas pelo Senado Federal.

Veja a seguir os ministérios, as secretarias e os conselhos existentes no Brasil.

MINISTÉRIOS

01. Agricultura, Pecuária e Abastecimento
02. Casa Civil
03. Cidades
04. Ciência, Tecnologia e Inovação
05. Comunicações
06. Cultura
07. Defesa
08. Desenvolvimento Agrário
09. Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
10. Desenvolvimento Social e Combate à Fome
11. Educação
12. Esporte
13. Fazenda
14. Gabinete de Segurança Institucional
15. Integração Nacional
16. Justiça
17. Meio Ambiente
18. Minas e Energia
19. Pesca e Aquicultura
20. Planejamento, Orçamento e Gestão
21. Previdência Social
22. Relações Exteriores
23. Saúde
24. Trabalho e Emprego
25. Transportes
26. Turismo

SECRETARIAS

1. Estas são as secretarias da Presidência da República:
2. Secretaria-Geral
3. Secretaria de Comunicação Social
4. Secretaria de Assuntos Estratégicos
5. Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
6. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
7. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
8. Secretaria Especial dos Direitos Humanos
9. Secretaria Especial de Portos
10. Secretaria da Micro e Pequena Empresa

CONSELHOS

1. Cade – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
2. CDDPH – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
3. CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
4. CGPC – Conselho de Gestão da Previdência Complementar
5. CRPS – Conselho de Recursos da Previdência Social
6. Codefat- Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
7. CMN – Conselho Monetário Nacional
8. Conjuve – Conselho Nacional da Juventude
9. Condec – Conselho Nacional de Defesa Civil
10. Consea – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
11. CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
12. CNE – Conselho Nacional de Educação
13. Conselho Nacional de Esportes
14. Conmetro – Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
15. CNPE – Conselho Nacional de Política Energética
16. CNPS – Conselho Nacional de Previdência Social
17. CNS – Conselho Nacional de Saúde
18. CNSP – Conselho Nacional de Seguros Privados
19. Contran – Conselho Nacional de Trânsito
20. Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente
21. Conanda – Conselho Nacional Dos Direitos da Criança e do Adolescente
22. CNDI – Conselho Nacional dos Direitos do Idoso
23. CNPC – Conselho Nacional de Previdência Complementar
24. CRPC – Câmara de Recursos da Previdência Complementar

Fonte: Portal do Planalto

Todo o conteúdo deste site está publicado sob a licença Creative CommonsCC BY ND 3.0 Brasil

Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/governo-federal-e-formado-por-ministerios-secretarias-e-orgaos-especiais>

Acesso em: 10/05/2015.

MINISTÉRIOS DO BRASIL

Origem: Wikipédia.

O poder executivo no Brasil é composto atualmente por 24 ministérios, nove secretarias da presidência com *status* de ministério e cinco órgãos com *status* de ministério. Cada ministério é responsável por uma área específica e é liderado por um ministro. Os ministros são escolhidos pelo Presidente da República a cada mandato, que atualmente no Brasil é de quatro anos.

Ministério	Sigla	Atual ministro(a)	Partido
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	MAPA	Kátia Abreu	PMDB
Cidades	MCidades	Gilberto Kassab	PSD
Ciência, Tecnologia e Inovação	MCTI	Aldo Rebelo	PCdoB
Comunicações	MC	Ricardo Berzoini	PT
Cultura	MinC	Juca Ferreira	PT
Defesa	MD	Jaques Wagner	PT
Desenvolvimento Agrário	MDA	Patrus Ananias	PT

Ministério	Sigla	Atual ministro(a)	Partido
Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	MDIC	Armando Monteiro	PTB
Desenvolvimento Social e Combate à Fome	MDS	Tereza Campello	PT
Educação	MEC	Renato Janine Ribeiro	—
Esporte	ME	George Hilton	PRB
Fazenda	MF	Joaquim Levy	—
Integração Nacional	MI	Gilberto Occhi	PP
Justiça	MJ	José Eduardo Cardozo	PT
Meio Ambiente	MMA	Izabella Teixeira	—
Minas e Energia	MME	Eduardo Braga	PMDB
Pesca e Aquicultura	MPA	Helder Barbalho	PMDB
Planejamento, Orçamento e Gestão	MPOG	Nelson Barbosa	—
Previdência Social	MPS	Carlos Eduardo Gabas	PT
Relações Exteriores	MRE	Mauro Vieira	—
Saúde	MS	Arthur Chioro	PT
Trabalho e Emprego	MTE	Manoel Dias	PDT
Transportes	MT	Antonio Carlos Rodrigues	PR
Turismo	MTur	Henrique Eduardo Alves	PMDB
Secretarias com status de ministério (ligadas à Presidência da República)			
Secretaria de Assuntos Estratégicos	SAE	Roberto Mangabeira Unger	—
Secretaria de Aviação Civil	SAC	Eliseu Padilha	PMDB
Secretaria de Comunicação Social	SeCom	Edinho Silva	PT
Secretaria de Direitos Humanos	SDH	Pepe Vargas	PT
Secretaria da Micro e Pequena Empresa	SMPE	Guilherme Afif Domingos	PSD
Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	SEPPIR	Nilma Lino Gomes	—
Secretaria de Políticas para as Mulheres	SPM	Eleonora Menicucci	PT
Secretaria de Portos	SEP	Edson Coelho Araújo	PMDB
Secretaria-Geral da Presidência	SG	Miguel Rosseto	PT
Órgãos com status de ministério (ligados à Presidência da República)			
Advocacia-Geral da União	AGU	Luís Inácio Adams	—
Banco Central	BC	Alexandre Tombini	—
Casa Civil	CC	Aloizio Mercadante	PT
Controladoria-Geral da União	CGU	Valdir Moysés Simão	—
Gabinete de Segurança Institucional	GSI	José Elito Carvalho Siqueira	

A DIGNIDADE DO SER HUMANO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Um erro muito grave que anula, inclusive, a redação no processo seletivo do ENEM, levando o candidato à nota zero, é delinear uma proposta ferindo os direitos humanos. É preciso evitar propostas polêmicas nesse sentido e, para tanto, faz-se necessário ter clareza do que a Declaração Universal dos Direitos Humanos defende em seus trinta artigos. A seguir, você lerá esses artigos para conhecê-los. Observe-os com atenção, refletindo atentamente sobre eles.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

PREÂMBULO

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum.

Considerando essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo Estado de Direito, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra tirania e a opressão.

Considerando essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações.

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla.

Considerando que os Estados-Membros se comprometeram a desenvolver, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos humanos e liberdades fundamentais e a observância desses direitos e liberdades.

Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso.

A ASSEMBLEIA GERAL PROCLAMA

A presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforcem, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

- Artigo I –** Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.
- Artigo II –** Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.
- Artigo III –** Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.
- Artigo IV –** Ninguém será mantido em escravidão ou servidão, a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.
- Artigo V –** Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.
- Artigo VI –** Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei.
- Artigo VII –** Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.



- Artigo VIII** – Toda pessoa tem direito a receber dos tributos nacionais competentes remédio efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei.
- Artigo IX** – Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.
- Artigo X** – Toda pessoa tem direito, em plena igualdade, a uma audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.
- Artigo XI** –
1. Toda pessoa acusada de um ato delituoso tem o direito de ser presumida inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.
 2. Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituíam delito perante o direito nacional ou internacional. Tampouco será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.
- Artigo XII** – Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Toda pessoa tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.
- Artigo XIII** –
1. Toda pessoa tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado.
 2. Toda pessoa tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.
- Artigo XIV** –
1. Toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.
 2. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas.
- Artigo XV** –
1. Toda pessoa tem direito a uma nacionalidade.
 2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.
- Artigo XVI** –
1. Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.
 2. O casamento não será válido senão com o livre e pleno consentimento dos nubentes.
- Artigo XVII** –
1. Toda pessoa tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.
 2. Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.
- Artigo XVIII** – Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular.
- Artigo XIX** – Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.
- Artigo XX** –
1. Toda pessoa tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas.
 2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.
- Artigo XXI** –
1. Toda pessoa tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos.
 2. Toda pessoa tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país.
 3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

- Artigo XXII** – Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.
- Artigo XXIII** –
1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.
 2. Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
 3. Toda pessoa que trabalhe tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.
 4. Toda pessoa tem direito a organizar sindicatos e neles ingressar para proteção de seus interesses.
- Artigo XXIV** – Toda pessoa tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas.
- Artigo XXV** –
1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.
 2. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.
- Artigo XXVI** –
1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.
 2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.
 3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.
- Artigo XXVII** –
1. Toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do processo científico e de seus benefícios.
 2. Toda pessoa tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica, literária ou artística da qual seja autor.
- Artigo XXVIII** – Toda pessoa tem direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.
- Artigo XXIX** –
1. Toda pessoa tem deveres para com a comunidade, em que o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível.
 2. No exercício de seus direitos e liberdades, toda pessoa estará sujeita apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer às justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática.
 3. Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos propósitos e princípios das Nações Unidas.
- Artigo XXX** – Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos.

PROPOSTAS DE REDAÇÃO

A seguir, serão apresentadas sete propostas de redação para serem desenvolvidas conforme o modelo solicitado pelo ENEM. Procure produzi-las atentando-se especialmente às orientações relacionadas às competências três e cinco trabalhadas nesta apostila. O diálogo com os textos motivadores é fundamental e deve ser permeado por uma atitude reflexiva e questionadora. Ao mesmo tempo, utilize seu conhecimento de mundo para extrapolar a coletânea, garantindo a intertextualidade com outras referências, desde que o encadeamento das ideias e do texto seja coerente. Não se esqueça, por fim, de articular sua proposta de intervenção, com todas as ferramentas que assegurem sua exequibilidade e funcionalidade, a fim de solucionar os problemas criticados ao longo de sua redação.

As três primeiras propostas serão desenvolvidas em forma de um projeto mais extenso, com um trabalho de pesquisa temática mais minucioso. O objetivo é promover uma ampla reflexão sobre o assunto e garantir o fomento de sua análise a partir de leituras extras e questões de interpretação para serem resolvidas antes do contato com a coletânea oficial e da elaboração de seu texto dissertativo-argumentativo.

Para instigar seu pensamento sobre a atividade intelectual da escrita, reflita sobre as citações expostas abaixo.

- “A leitura traz ao homem plenitude, o discurso segurança e a escrita precisão”. (*Francis Bacon*)
- “Os analfabetos do próximo século não são aqueles que não sabem ler ou escrever, mas aqueles que se recusam a aprender, reaprender e voltar a aprender”. (*Alvin Toffler*)
- A persistência é o caminho do êxito. (*Charles Chaplin*)
- Nunca imites ninguém. Que a tua produção seja como um novo fenômeno da natureza. (*Leonardo da Vinci*)
- Quais são as tuas palavras essenciais? As que restam depois de toda a tua agitação e projetos e realizações. As que esperam que tudo em si se cale para elas se ouvirem. As que talvez ignores por nunca as teres pensado. As que podem sobreviver quando o grande silêncio se avizinha. (*Vergílio Ferreira*)



PRIMEIRA PROPOSTA – LISTA TEMÁTICA: BRASIL, PÁTRIA (DES)EDUCADORA!

TEXTO 1

Veja as 20 metas do Plano Nacional de Educação sancionado por Dilma

O Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado dia 26 de junho de 2014 pela presidenta Dilma Rousseff, tem 20 metas para os próximos 10 anos. O plano prevê a abertura de mais vagas no ensino superior, investimentos maiores em educação básica em tempo integral e em educação profissional.

Conheça as 20 metas, com informações do Observatório do PNE:

1. **Educação infantil:** até 2016, todas as crianças de 4 a 5 anos de idade devem estar matriculadas na pré-escola; e a oferta de educação infantil em creches deve ser ampliada de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE.
2. **Ensino fundamental:** até o último ano de vigência do PNE, toda a população de 6 a 14 anos deve ser matriculada no ensino fundamental de 9 anos, e pelo menos 95% dos alunos devem concluir essa etapa na idade recomendada.
3. **Ensino médio:** até 2016, o atendimento escolar deve ser universalizado para toda a população de 15 a 17 anos.
4. **Educação inclusiva:** toda a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação deve ter acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, de preferência na rede regular de ensino.
5. **Alfabetização:** alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental.
6. **Educação integral:** até o fim da vigência do PNE, oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas.
7. **Aprendizado adequado na idade certa:** estimular a qualidade da educação básica em todas etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem.
8. **Escolaridade média:** elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano. E igualar a escolaridade média entre negros e não negros.
9. **Alfabetização e alfabetismo de jovens e adultos:** elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência do PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.
10. **EJA integrada à educação profissional:** oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.
11. **Educação profissional:** triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público. A meta é atingir o número de 4.086.600 de alunos matriculados.
12. **Educação superior:** elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.
13. **Titulação de professores da educação superior:** elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente para 75%.
14. **Pós-graduação:** elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.
15. **Formação de professores:** garantir, em regime de colaboração entre os entes federados, no prazo de um ano de vigência do PNE, uma política nacional de formação superior dos profissionais da educação.
16. **Formação continuada e pós-graduação de professores:** formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência do PNE.
17. **Valorização do professor:** valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, a fim de equiparar o rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º ano da vigência do PNE.

- 18. Plano de carreira docente:** assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino.
- 19 Gestão democrática:** assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas.
- 20. Financiamento da Educação:** ampliar o investimento público em Educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no quinto ano de vigência da lei do PNE e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

Da Redação da Agência PT, com informações do Portal Brasil – 03/07/2014.

TEXTO 2

Pátria educadora? A conferir

Em seu discurso de posse, a presidente Dilma Rousseff anunciou o novo lema de seu governo: "Brasil, pátria educadora". Destacou que a educação será a prioridade das prioridades e que buscará em todas as ações do governo "um sentido formador, uma prática cidadã, um compromisso de ética e um sentimento republicano".

O novo ministro da Educação, Cid Gomes, reiterou os compromissos anunciados pela presidente, destacando a reforma do ensino médio e o diálogo com os professores.

Ao mesmo tempo em que aplaudimos o discurso, nós nos perguntamos o porquê do descaso da gestão anterior com a educação.

A falta de credibilidade do governo se expressa também pelas incertezas das regras do jogo, pela falta de transparência dos resultados das políticas, pelo descompasso entre o discurso e sua prática e pela falta de participação da sociedade no acompanhamento e implementação das ações.

A sociedade brasileira tem consciência da importância da educação no mundo hoje e, por isso, estará atenta para acompanhar o desenho, a implementação e a avaliação das políticas tendo como base as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE).

A presidente Dilma enfatizou que "democratizar o conhecimento significa universalizar o acesso a um ensino de qualidade em todos os níveis – da creche à pós-graduação. Significa também levar a todos os segmentos da população – dos mais marginalizados aos negros, às mulheres e a todos os brasileiros a educação de qualidade". Para sua concretização, ela menciona o aumento de recursos; sem dúvida, condição fundamental, mas insuficiente.

O salto necessário para uma educação de qualidade exige muito mais do que retórica. Recursos sem uma gestão eficaz, democrática e transparente nos seus resultados podem levar a mais uma frustração nacional. Caminhar na direção de um sistema nacional de educação com funções mais claras entre os entes federados poderá dar mais agilidade e eficiência ao sistema.

Para começar precisamos acabar com o analfabetismo absoluto e funcional. O Brasil não pode tolerar ser o país que concentra mais de um terço dos analfabetos da América Latina. Outro fator não mencionado nos discursos oficiais é o das desigualdades visíveis nas diferenças de desempenho em avaliações das regiões Norte e Nordeste e do restante do país.

Trata-se de um enorme desafio. Não superá-lo nos afastará da meta de sermos um país desenvolvido.

Nossas escolas precisam de infraestrutura adequada com bibliotecas, laboratórios e, sobretudo, banda larga que possibilite acesso à internet. Os dados do Censo Escolar mostram que ainda estamos longe de alcançar essas condições.

Precisamos muito mais que um diálogo com os professores. A qualidade da educação está diretamente relacionada com a qualidade dos professores. A valorização dos profissionais da educação passa por sua valorização simbólica, por planos de carreira, salários dignos e, principalmente, formação.

Dado que mais de 80% dessa formação inicial está na rede privada, é fundamental que as políticas abarquem esse segmento de modo a trazer a realidade da sala de aula como eixo estruturante das formações inicial e continuada.

Queremos, sim, uma pátria educadora e vamos reforçar a importância de uma educação integral que possibilite uma visão articuladora dos aspectos físicos, cognitivos e emocionais das crianças e jovens.

Queremos uma educação que supere os problemas básicos não resolvidos do século 20 e aponte para as inovações do século 21, tarefa que exige a mobilização de toda sociedade. Vamos acompanhar o cumprimento de todas as promessas feitas e, principalmente, das metas do Plano Nacional de Educação.

Maria Alice Setubal, Jornal Folha de São Paulo – 07/01/2015.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2015/01/1571489-maria-alice-setubal-patria-educadora-a-conferir.shtml>

TEXTO 3

OAB pede que Dilma aumente repasse de verbas para o Fies

"Não se pode fazer ajuste fiscal na educação", diz presidente da OAB. Na segunda, MEC disse que verba para novos contratos em 2015 acabou.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) enviou à Presidência da República, nesta terça-feira (5), um ofício solicitando um acréscimo no repasse de verbas para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Nesta segunda (4), o ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, anunciou que a **verba do programa para novos contratos em 2015** (R\$ 2,5 bilhões) foi usada totalmente para garantir as 12 parcelas dos financiamentos feitos no primeiro semestre e que, portanto, uma segunda edição do programa ainda neste ano não está garantida.

No ofício, o presidente nacional da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, afirma que a situação econômica do país não pode afetar os investimentos em educação. "Embora se reconheça a necessidade de adoção de novas orientações na atual quadratura econômica do país, o avanço social que propõe melhorias conjunturais advém exatamente do desenvolvimento de uma nação com maior acesso ao ensino", diz ele no ofício. "Não se pode fazer ajuste fiscal na educação."

Entre o primeiro semestre de 2014 e o primeiro semestre de 2015, o número de novos contratos do Fies **caiu 47,5%**.

Verba acabou, diz MEC

A notícia do fim da verba de 2015 para novos contratos do **Fies** foi divulgada pelo ministro Janine Ribeiro na tarde de segunda, em entrevista coletiva para o anúncio do balanço final de novos contratos. As inscrições foram encerradas na última quinta (30).

Segundo Janine, a abertura de uma segunda edição do programa, no segundo semestre deste ano, não está garantida, e explicou que, no caso dos estudantes que não puderam se inscrever no primeiro semestre, seria "inútil" reabrir as inscrições.

Na Justiça

No mesmo dia, a Justiça Federal de Mato Grosso **determinou que esse prazo fosse prorrogado** por tempo indeterminado, para garantir que estudantes que tiveram problemas técnicos com o site pudessem se inscrever. "Entendemos que, não havendo mais recursos, a reabertura do sistema seria meio inútil", afirmou ele.

Segundo reportagem do Jornal Nacional, o MEC foi notificado pela Justiça da decisão por volta das 19h desta segunda. O governo já havia anunciado que recorreria da decisão.

Apoiado nas decisões judiciais, o presidente da OAB solicitou à presidente "proporcionar ao Ministério da Educação condições para cumprir integralmente as referidas decisões judiciais, estabelecendo critérios capazes de atender ao máximo os novos alunos, em respeito ao regime republicano, com incremento do repasse necessário ao Fundo".

Do G1, em São Paulo – 05/05/2015.

Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/05/oab-pede-que-dilma-aumente-repasse-de-verbas-para-o-fies.html>

TEXTO 4

Alunos ainda podem ser punidos

Alunos de uma escola de Valparaíso de Goiás, no Entorno do Distrito Federal, promoveram um quebra-quebra em uma escola. Imagens feitas pelos próprios estudantes da Escola Municipal Caic Tancredo de Almeida Neves foram divulgadas em redes sociais e mostram correria, gritaria e vandalismo dentro do colégio. Segundo eles, o motivo da confusão foi a insatisfação com a nova direção da instituição de ensino.

A escola tem cerca de 1,3 mil alunos do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Nos vídeos, gravados na última sexta-feira, é possível ver que alguns estudantes se uniram para quebrar mesas, cadeiras, portas e janelas da unidade. No meio da confusão, alguns incentivavam ainda mais os atos de vandalismo com gritos de "tira a diretora". Enquanto isso, outros tentavam impedir.

Apesar da quebradeira e da situação crítica em que ficou a unidade, as aulas não foram suspensas.

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação de Valparaíso de Goiás, no último fim de semana foi realizado um mutirão para reparar os danos. No entanto, a unidade ainda soma prejuízos como janelas com vidros quebrados, rabiscos nas paredes, cadeiras e portas danificadas.

Violência

A escola já tem um histórico de confusão envolvendo alunos, mas a crise atual foi provocada pela chegada de uma nova diretora que exigiu mais disciplina dos estudantes. Uma das metas seria impedir os alunos de saírem mais cedo da escola.

A Secretaria de Educação de Valparaíso informou que está analisando o caso para punir os alunos e que a Polícia Militar (PM) apreendeu três adolescentes armados no colégio no início desta semana. Entretanto, ela não comentou a conduta da nova direção.

Jornal O Popular – 30/04/2015.

Disponível em: <http://www.opopular.com.br/editorias/cidades/alunos-ainda-podem-ser-punidos-1.839405>

TEXTO 5

'É como andar em um campo minado', diz estudante que criou campanha contra o racismo na UnB

"Ah, branco, dá um tempo!" Esse é o título da campanha protagonizada por estudantes negros da Universidade de Brasília (UnB), a primeira federal a implementar cotas raciais no País. O ensaio fotográfico mostra frases e comentários que reforçam estereótipos negativos atribuídos aos jovens negros.

Os cartazes com declarações ouvidas pelos alunos da UnB escancaram o racismo cordial dos brasileiros. As imagens foram reunidas no Tumblr #ahbrancodaumtempo.

A responsável pela ação é a estudante Lorena Monique dos Santos. Enquanto cursava a disciplina Antropologia Visual, ela se inspirou no projeto da Universidade de Harvard "I, Am, Too, Harvard", que busca ecoar a voz dos universitários negros.

Em entrevista ao Brasil Post, ela traçou um paralelo entre o preconceito sofrido por negros nos Estados Unidos e aqui no Brasil:

"Não vivo nas mesmas condições que as pessoas negras dos EUA ou da África do Sul, onde os sistemas racistas são muito mais explícitos e há uma separação efetiva entre as comunidades negras e as comunidades brancas. Mas em relação ao racismo à brasileira, sinto que ele deixa as pessoas negras muito confusas. É como se andássemos em um campo minado sem entender exatamente o que acontece conosco."

É a disparidade social, salarial e espacial que sublinha a tese de que pobreza tem cor no Brasil.

Enquanto 55% da população brasileira é formada por negros, o índice de pretos e pardos nas favelas é de 67%.

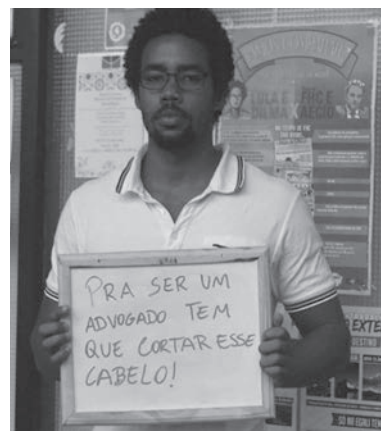
Lorena se inquieta diante dos números e dos rostos que vê na periferia: "Vemos a população negra recebendo os piores salários, ocupando os postos de trabalho mais desvalorizados, crescemos sem ver pessoas negras na televisão e, mesmo assim, nos dizem todos os dias que não existe racismo no Brasil. E o que é pior: a maior parte da população negra acredita nessa história! É algo que nos confunde e nos divide."

Neste ano, as ações afirmativas completam 11 anos na UnB. Os resultados já tornaram o campus mais diverso. Para Lorena, esse é apenas um primeiro passo para reduzir desigualdades.

"Não é possível acreditar que a exclusão social e racial gerada por 388 anos de escravidão, com mais 115 anos sem nenhuma política reparatória, possa ser corrigida com apenas 10 anos de cotas raciais. As cotas são uma medida emergencial e superficial, porque atingem somente a parte da população que consegue finalizar seus estudos nos níveis fundamental e médio, mas deixam de fora uma parcela muito grande da população negra, que é justamente a parcela mais fragilizada."

Lorena acredita que a afirmação da raça ainda é imprescindível no Brasil de hoje por causa da "ilusão da democracia racial" — tese difundida pelo sociólogo Gilberto Freyre na década de 30.

"Acredito que a importância da afirmação racial vem no sentido das pessoas negras perceberem a existência das desigualdades sociais existentes entre os diferentes grupos étnicos que compõem a população brasileira e se organizarem na busca pelas soluções para estes problemas (...) Sinceramente meu trabalho é no sentido da construção de um mundo onde a cor, o sexo, o gênero ou qualquer outro traço distintivo de um indivíduo não faça nenhuma diferença em relação à sua posição social. Acredito que a construção desse mundo seja possível, mas o caminho a ser percorrido ainda é bem longo."



Diego Iraheta, Jornal Brasil Post – 04/042015.

Disponível em: http://www.brasilpost.com.br/2015/04/04/racismo-unb_n_7003848.html

TEXTO 6

Greve dos professores estaduais de São Paulo enfrenta a 'violência do descaso'

Analista político considera que o governo Alckmin deveria reconhecer as distorções salariais e corrigi-las, e admitir a importância da paralisação, que completa 51 dias

São Paulo – O analista político Paulo Vannuchi destaca hoje (5), em seu comentário na **Rádio Brasil Atual** (ouça abaixo), o fato de a greve dos professores de São Paulo, diferente do que ocorre no Paraná, não enfrentar neste momento a violência policial, mas sim a violência do descaso e da desconsideração do governo Geraldo Alckmin (PSDB), para quem a paralisação não tem o menor sentido. Vannuchi ressalta o fato de o governador continuar blindado pela mídia. "E eu questiono se a paralisação não tem sentido mesmo."

Vannuchi chama a atenção para a necessidade de mais solidariedade dos movimentos sociais a essa mobilização, cuja programação prevê amanhã (6), na Praça da República, um churrasco de chuchu, em frente à Secretaria da Educação. Na quinta-feira (7), haverá audiência de conciliação no Tribunal de Justiça, e, na sexta-feira, às 14h, assembleia no vão livre do Museu de Arte de São Paulo (Masp).

A mobilização da categoria, em greve há 51 dias, é por 75% de aumento, para equiparar os salários com outras profissões de nível superior. Para Vannuchi, um governo democrático deveria, em primeiro lugar, reconhecer as distorções e corrigi-las – o salário nominal de um profissional de ensino médio atualmente é de R\$ 2.415,89 por 40 horas/aula semanais.

Vannuchi observa que os direitos humanos defendem uma polícia que respeite a lei, que não mate, não torture. Uma polícia que não ataque os movimentos sociais, que seja bem remunerada, protegida, bem formada. "Se Alckmin fosse um governante democrático poderia chamar para negociar desde o primeiro dia e dizer: 'Professores, vocês querem 75% de aumento. Reconheço que não tenho como dar isso, em um contexto de crise econômica. Posso oferecer, por exemplo, a metade disso. Ou, vamos parcelar em três anos essa recuperação salarial'. Mas não, é só truculência".

Ele faz um alerta ao governador: "Essa truculência pode virar, transbordar, ser a gota d'água. Há uma insatisfação geral na sociedade. É um engano achar que isso é contra a Dilma e o PT apenas. É contra o sistema político como um todo. Olhem para o lado e vejam o Paraná".

A Apeoesp (sindicato da categoria) mantém a mobilização. Fez na véspera do 1º de Maio, manifestação com 50 mil grevistas. "Ora, vamos dizer e assumir que esse número possa estar inflado, mas vamos comparar com os números de Alckmin. Ele diz que tem 7% dos professores fazendo greve. São 230 mil professores no estado, em 5 mil escolas. Se 7% deles estivessem no vão livre do Masp na semana passada, seriam 16 mil. Eu estive, mais de uma vez nas assembleias da Apeoesp no Masp e tem muito mais gente do que isso. É uma cabal mentira dizer que a greve atinge apenas 7%."

Redação RBA – 05/05/2015.

Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2015/05/greve-dos-professores-estaduais-de-sao-paulo-enfrenta-a-violencia-do-descaso-2998.html>

TEXTO 7

Não seja professor

Quem escreve este artigo é alguém que é professor universitário há quase 20 anos e que gostaria de estar neste momento escrevendo o contrário do que se vê obrigado agora a dizer. Pois, diante das circunstâncias, gostaria de aproveitar o espaço para escrever diretamente a meus alunos e pedir a eles que não sejam professores, não cometam esse equívoco. Esta "pátria educadora" não merece ter professores.

Um professor, principalmente aquele que se dedicou ao ensino fundamental e médio, será cotidianamente desprezado. Seu salário será, em média, 51% do salário médio daqueles que terão a mesma formação. Em um estudo publicado há meses pela OCDE, o salário do professor brasileiro aparece em penúltimo lugar em uma lista de 35 países, atrás da Turquia, do Chile e do México, entre tantos outros.

Mesmo assim, você ouvirá que ser professor é uma vocação, que seu salário não é assim tão ruim e outras amenidades do gênero. Suas salas de aula terão, em média, 32 alunos, enquanto no Chile são 27 e Portugal, 8. Sua escola provavelmente não terá biblioteca, como é o caso de 72% das escolas públicas brasileiras.

Se você tiver a péssima ideia de se manifestar contra o descalabro e a precarização, caso você more no Paraná, o governo o tratará à base de bomba de gás lacrimogêneo, cachorro e bala de borracha. Em outros Estados, a pura e simples indiferença. Imagens correrão o mundo, a Anistia Internacional irá emitir notas condenando, mas as principais revistas semanárias do país não darão nada a respeito nem do fato nem de sua situação. Para elas e para a "opinião pública" que elas parecem representar, você não existe.

Mais importante para elas não é sua situação, base para os resultados medíocres da educação nacional, mas alguma diáspora canina contra o governo ou os emocionantes embates entre os presidentes da Câmara e do Senado a fim de saber quem espolia mais um Executivo nas cordas.

No entanto, depois de voltar para casa sangrando por ter levado uma bala de borracha da nossa simpática PM, você poderá ter o prazer de ligar a televisão e ouvir alguma celebridade deplorando o fato de o país "ter pouca educação" ou algum candidato a governador dizer que educação será sempre a prioridade das prioridades.

Diante de tamanho cinismo, você não terá nada a fazer a não ser alimentar uma incompreensão profunda por ter sido professor, em vez de ter aberto um restaurante. Por isso o melhor a fazer é recusar-se a ser professor de ensino médio e fundamental. Assim, acordaremos um dia em um país que não poderá mais mentir para si mesmo, pois as escolas estarão fechadas pela recusa de nossos jovens a serem humilhados como professores e a perpetuarem a farsa.

Vladimir Safatle, *Jornal Folha de São Paulo* – 05/05/2015.
Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/indices/index-20150505.shtml>

TEXTO 8

Dever de casa com o vampiro de Curitiba

Hei de vencer, mesmo sob as bombas e as porradas do governo Beto Richa ou Rixa (PSDB) na capital paranaense

Hei de vencer, mesmo sendo professor. O mantra do adesivo que circulava em muitos fusquinhos dos anos 1970 e 80 está mais em voga do que nunca. Hei de vencer, vejo aqui no retrovisor da infância, Grupo Escolar Virgílio Távora, o mantra dos mestres estampado em uma faixa gigante na praça dos Ourives, Juazeiro do Norte.

Hei de vencer, mesmo sob as bombas e as porradas do governo Beto Richa ou Rixa (PSDB) na capital paranaense. Hei de vencer, mesmo depois de uma longa greve, uma quaresma, que o tucano Geraldo Alckmin define simplesmente como novela – parte da imprensa também lista o protesto no gênero ficção, acredite sem-querer-querendo, meu brother Jack Palance.

Hei de vencer, mesmo que pancadaria braba e covarde seja chamada tecnicamente de “confronto” nas emissoras de rádio e TV. Não de pensar: se o cão, mesmo policial, mordeu o homem, no caso o cinegrafista Luiz Carlos de Jesus (TV Band), ainda não é lá essas notícias. Afinal de contas, o conceito clássico de notícia, como aprendemos na faculdade, é quando o homem morde o cachorro.

Hei de vencer, mesmo sendo professor em qualquer ponto desta terra que já foi a pátria de chuteiras e agora se propõe, ainda somente no slogan publicitário, uma pátria educadora. Hei de vencer, ilustríssimo Paulo Freire, mesmo sendo terceirizado e não mais dono do meu próprio suor para vendê-lo sem atravessadores, como tu já discutias, método por método, ti-jo-lo por ti-jo-lo, ainda em tempos mobrais.

Hei de vencer, professor Darcy Ribeiro, mesmo copiando, como em um antiditado construtivista, a sua lição de coisas mais conhecida:

"Fracassei em tudo o que tentei na vida. Tentei alfabetizar as crianças brasileiras, não consegui. Tentei salvar os índios, não consegui. Tentei fazer uma universidade séria e fracassei. Tentei fazer o Brasil desenvolver-se autonomamente e fracassei. Mas os fracassos são minhas vitórias. Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu".

Vampiro de Curitiba

Hei de vencer, mesmo que tenha que convocar o “vampiro de Curitiba”, o perverso Nelsinho, personagem clássico do escritor Dalton Trevisan, para explicar como o sr. Rixa pode ser tão sádico com a turma do pó de giz. Só o vampiro, vagando pela madrugada fria do Centro Cívico, é capaz de reconstituir o crime e explicar, tintim por tintim, miúdo humano por miúdo humano, a sanguinolenta pedagogia aplicada.

Estava escrito nos contos de Trevisan, curtos como os salários professorais, todo esse Boletim de Ocorrência. Um B.O. à maneira de Nelsinho talvez explicasse tudo, afinal de contas o vampiro, na sua ambivalência permanente, sempre fica entre o estranho e o familiar. É familiar que um governo tipo Rixa trate assim os professores: é estranho, mas necessário, que a gente ainda se espante e rejeite enxergar com a lente fumê da banalidade.

Hei de vencer, mesmo sob a tonfa de uma gestão “desgracida”. Até parece frase, embora este cronista seja um péssimo aluno de redação e estilo, do professor Dalton, mestre dos meninos e velhos contistas. Onde tonfa —“ai que saudade da professorinha que me ensinou o beabá” —, venha a ser o popularíssimo cassetete, pedagogia de quem força na marra o ajeitamento no milho da humilhação política.

Agora de forma mais didática, repare como começa essa história de tonfa, na boca de um dos comandantes da PM paranaense:

"Se precisar usar a tonfa, é por baixo! Nada de sair girando por cima", deu ordens aos espartanos.

Problema é que, no "confronto", sabe cumequí, meu caro vampiro de Curitiba, a tonfa acaba atingindo os elementos doentes em partes indesejadas da anatomia e não apenas nos membros inferiores, conforme orientação inicial à tropa.

Hei de vencer, mesmo dando a cara a bater aos corretos portadores de tonfa. Hei de vencer, mesmo que chova bombas de helicópteros.

Tonfa neles

Quem essa professorada pensa que é, só porque dá aulas neste país de analfas, só por ensinar alguma coisa... Sabe-se lá o que passa em sala, deve ensinar um comunismo medonho às pobres criaturas indefesas. Coitada das criancinhas. Eu poderia estar por aí protestando, bando de vagabundo, cada abusadinho desses ganha muito mais que eu, no entanto sigo na lida, na trabalhadeira, com farda ou na base do bico... Desço a tonfa mesmo, sem dó nem piedade, quem manda vandalizar o coreto?

Hei de vencer, mesmo diante do pensamento reto de qualquer soldado PM anônimo que vira herói imediato dos comentaristas de portais da Internet.

Exclamações sangrentas nas manchetes dos jornais clamam por "Confronto". Hei de vencer, mesmo eu entrando com a face e o PM com a tonfa, hei-de.

Tonfa neles, por baixo, por cima... Hoje a tonfa vai comer solta. Não foi por falta de aviso. Vai protestar, que deixe sua cabeça em casa. Hoje não tem selfie policial, só tonfa na confa – o mesmo que porrada, correria e confusão –, como o Nelsinho, o vampiro de Curitiba, sempre ele, descreveria o ocorrido no seu distrito.

Por pouco a confa não sobra mesmo até para o vampiro. Conhecendo o cara minimamente, deveria estar na área do "confronto", na cobiça de uma normalista linda, óbvio. O vampiro tarado busca alimentar seu desejo nos lugares mais impróprios, independentemente das ordens expressas dos sangues de barata de todas as patentes, ideologias, religiões e credos.

O próprio criador, seu Dalton, reza a lenda, flanou, sob a proteção de um boné abaixado e com passadas largas do velho pizante Vulcabrás, no meio da carnificina. No seu raro passeio anual pela cidade, como o mais anônimo dos curitibanos, ninguém deu conta do vencedor do Prêmio Camões de literatura. Seu Dalton afina a surdina existencial todas as manhãs com o canto das corruiras. De tão discreto, seu Dalton nem chorou com gás lacrimogênio.

E por falar em testemunhas oculares da história, quem também deu pinta na área do "confronto" foi o escriba Guilherme Caldas. Saiu para investigar comidinhas de baixa gastronomia, especialidade do seu blog na "Gazeta do Povo", e voltou com o melhor retrato do sanguinolento ocorrido:

"Gente ferida e assustada, um governador, digamos assim, desonesto, muita sujeira espalhada, incluindo cápsulas de escopeta e de invólucros de bombas molhados pela chuva do começo da noite. No meio daquele final de confusão, encontrei um amigo indignado com, entre outras coisas, a pipoca a R\$ 5: "até o pipoqueiro metendo a mão na gente!"

Calma, amigos do vampiro, o cronista que combate o raio gourmetizador, ali no meio da confa da tonfa, topou também, graças a Deus, com o Donizete, o Rei do Espetinho, que, alheio às pressões econômicas do momento, vendia seus sapecados de carne, linguiça, frango e coração a R\$ 2. Donizete, autêntico habitante daquela Daltolândia, disse mais: só vai ao Centro Cívico em dias de bafafás, greves e protestos. No que o Caldas, safo, se saiu:

"Pedi um de frango, paguei e tomei rumo. Num dia com tantas coisas ruins, o tempero do Rei do Espetinho estava bom".

Hei de vencer. Não me pergunte como. Hei de vencer, mesmo sendo o professor, naturalmente, um para-raio de tonfas e vampiros.

Xico Sá, Jornal El País – 01/05/2015.

Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/01/opinion/1430483531_224254.html

TEXTO 9

Gaiolas e asas

Os pensamentos me chegam de forma inesperada, sob a forma de aforismos. Fico feliz porque sei que Lichtenberg, William Blake e Nietzsche frequentemente eram também atacados por eles. Digo "atacados" porque eles surgem repentinamente, sem preparo, com a força de um raio. Aforismos são visões: fazem ver, sem explicar. Pois ontem, de repente, esse aforismo me atacou: "Há escolas que são gaiolas. Há escolas que são asas".

Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-las para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o voo.

Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são os pássaros em voo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o voo já nasce dentro dos pássaros. O voo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado.

Esse simples aforismo nasceu de um sofrimento: sofri conversando com professoras de segundo grau, em escolas de periferia. O que elas contam são relatos de horror e medo. Balbúrdia, gritaria, desrespeito, ofensas, ameaças... E elas, timidamente, pedindo silêncio, tentando fazer as coisas que a burocracia determina que sejam feitas, como dar o programa, fazer avaliações... Ouvindo os seus relatos, vi uma jaula cheia de tigres famintos, dentes arreganhados, garras à mostra – e as domadoras com seus chicotes, fazendo ameaças fracas demais para a força dos tigres.

Sentir alegria ao sair de casa para ir à escola? Ter prazer em ensinar? Amar os alunos? O sonho é livrar-se de tudo aquilo. Mas não podem. A porta de ferro que fecha os tigres é a mesma porta que as fecha com os tigres.

Nos tempos de minha infância, eu tinha um prazer cruel: pegar passarinhos. Fazia minhas próprias arapucas, punha fubá dentro e ficava escondido, esperando... O pobre passarinho vinha, atraído pelo fubá. Ia comendo, entrava na arapuca e pisava no poleiro. E era uma vez um passarinho voante.

Cuidadosamente eu enfiava a mão na arapuca, pegava o passarinho e o colocava dentro de uma gaiola. O pássaro se lançava furiosamente contra os arames, batia as asas, crispava as garras e enfiava o bico entre os vãos. Na inútil tentativa de ganhar de novo o espaço, ficava ensanguentado... Sempre me lembro com tristeza da minha crueldade infantil.

Violento, o pássaro que luta contra os arames da gaiola? Ou violenta será a imóvel gaiola que o prende? Violentos, os adolescentes de periferia? Ou serão as escolas que são violentas? As escolas serão gaiolas? Vão me falar sobre a necessidade das escolas dizendo que os adolescentes de periferia precisam ser educados para melhorarem de vida. De acordo. É preciso que os adolescentes, que todos, tenham uma boa educação. Uma boa educação abre os caminhos de uma vida melhor. Mas eu pergunto: nossas escolas estão dando uma boa educação? O que é uma boa educação?

O que os burocratas pressupõem sem pensar é que os alunos ganham uma boa educação se aprendem os conteúdos dos programas oficiais. E, para testar a qualidade da educação, criam mecanismos, provas e avaliações, acrescidos dos novos exames elaborados pelo Ministério da Educação.

Mas será mesmo? Será que a aprendizagem dos programas oficiais se identifica com o ideal de uma boa educação? Você sabe o que é "dígrafo"? E os usos da partícula "se"? E o nome das enzimas que entram na digestão? E o sujeito da frase "Ouviram do Ipiranga as margens plácidas de um povo heroico o brado retumbante"? Qual a utilidade da palavra "mesóclise"? Pobres professoras, também engaioladas... São obrigadas a ensinar o que os programas mandam, sabendo que é inútil. Isso é hábito velho das escolas. Bruno Bettelheim relata sua experiência com as escolas: "Fui forçado (!) a estudar o que os professores haviam decidido que eu deveria aprender. E aprender à sua maneira".

O sujeito da educação é o corpo, porque é nele que está a vida. É o corpo que quer aprender para poder viver. É ele que dá as ordens. A inteligência é um instrumento do corpo cuja função é ajudá-lo a viver. Nietzsche dizia que ela, a inteligência, era "ferramenta" e "brinquedo" do corpo. Nisso se resume o programa educacional do corpo: aprender "ferramentas", aprender "brinquedos". "Ferramentas" são conhecimentos que nos permitem resolver os problemas vitais do dia-a-dia. "Brinquedos" são todas aquelas coisas que, não tendo nenhuma utilidade como ferramentas, dão prazer e alegria à alma.

Nessas duas palavras, ferramentas e brinquedos, está o resumo da educação. Ferramentas e brinquedos não são gaiolas. São asas. Ferramentas me permitem voar pelos caminhos do mundo.

Brinquedos me permitem voar pelos caminhos da alma. Quem está aprendendo ferramentas e brinquedos está aprendendo liberdade, não fica violento. Fica alegre, vendo as asas crescer... Assim todo professor, ao ensinar, teria de se perguntar: "Isso que vou ensinar, é ferramenta? É brinquedo?" Se não for, é melhor deixar de lado.

As estatísticas oficiais anunciam o aumento das escolas e o aumento dos alunos matriculados. Esses dados não me dizem nada. Não me dizem se são gaiolas ou asas. Mas eu sei que há professores que amam o voo dos seus alunos

Há esperança...

Rubem Alves, escritor.

Disponível em: http://www.harmonianaterra.org.br/nt_html/761-gaiolas_e_asas.html

TEXTOS 10, 11 E 12 – CHARGES



F EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

- 01** No artigo de opinião “Pátria educadora? A conferir” (segundo texto), afirma-se: “em seu discurso de posse, a presidente Dilma Rousseff anunciou o novo lema de seu governo: ‘Brasil, pátria educadora’. Destacou que a educação será a prioridade das prioridades e que buscará em todas as ações do governo ‘um sentido formador, uma prática cidadã, um compromisso de ética e um sentimento republicano’”. Desenvolva um parágrafo argumentativo que analise por que o discurso de Dilma soa falacioso no contexto sociopolítico atual.
- 02** Maria Alice Setubal afirma em seu artigo “Pátria educadora? A conferir” (segundo texto): “precisamos muito mais que um diálogo com os professores. A qualidade da educação está diretamente relacionada com a qualidade dos professores. A valorização dos profissionais da educação passa por sua valorização simbólica, por planos de carreira, salários dignos e, principalmente, formação”. Levando em conta essa afirmação, analise por que a fala do governador Geraldo Alckmin, ao atestar que a greve dos professores não tem o menor sentido, é no mínimo um contrassenso. Levante hipóteses que infiram por que e com que intenções o governador teria dito isso.
- 03** O texto seis dessa coletânea apresenta o seguinte título: Greve dos professores estaduais de São Paulo enfrenta a 'violência do descaso'. Avalie criticamente os sentidos atribuídos à expressão “violência do descaso”, relacionando sua análise aos acontecimentos recentes divulgados pela mídia.
- 04** Relacione o texto quatro, “Alunos ainda podem ser punidos”, com a charge “Violência contra o professor” (texto 11) para explicar a crítica do chargista Duke sobre o círculo vicioso que ronda a educação.
- 05** Leia o texto sete. Nele, o articulista Vladimir Safatle argumenta a fim de convencer o leitor de que não vale a pena ser professor no Brasil. Retire desse texto argumentos que provem disso, a partir das estratégias argumentativas utilizadas por ele e definidas abaixo.
- A** Estratégia argumentativa de comparação e contraste.
- B** Estratégia argumentativa de exemplificação.
- C** Estratégia argumentativa de provas concretas.
- D** Estratégia argumentativa de causa e consequência.
- 06** Leia a crônica argumentativa (texto oito), “Dever de casa com o vampiro de Curitiba”, de Xico Sá, para responder às questões.
- A** O cronista, ironicamente, refere-se ao governador do Paraná Beto Richa chamando-o de Beto Rixa. Analise como essa expressão torna-se ambígua e ajuda a ressaltar sua crítica ao episódio ocorrido com os professores paranaenses.
- B** Xico Sá faz referência a duas personalidades importantes, Paulo Freire e Darcy Ribeiro. Pesquise qual foi a contribuição dada por esses cidadãos à educação para inferir: por que aludir a eles parece tão urgente no atual contexto da educação brasileira?
- C** Apesar de tantos problemas ironicamente retratados pelo cronista, ele insiste, ao longo do texto, em que “há de vencer”. Assim como Xico Sá, Rubem Alves conclui o texto nove dizendo que “há esperança”. O que você pensa disso? Reveja quais são as 20 metas do Plano Nacional de Educação e avalie quais seriam os maiores desafios para figurar a vitória democrática da educação no Brasil.
- 07** Leia o texto nove, de Rubem Alves. A partir de toda a informação apreendida nesta lista temática, desenvolva um parágrafo argumentativo que se posicione sobre os entraves que levam à solidificação de escolas do tipo gaiolas.
- 08** Imagine que você tenha que fazer uma proposta de intervenção para tentar sanar alguns problemas da educação brasileira. Faça um parágrafo que exponha um projeto de intervenção, a fim de concretizar a metáfora sugerida por Rubem Alves de que as escolas devem ser asas.

PRIMEIRA PROPOSTA

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **“O DESAFIO DE TRANSFORMAR O BRASIL EM PÁTRIA EDUCADORA”**, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Dilma não demonstra firmeza para cumprir lema "Pátria Educadora"

Em sua fala de abertura dos trabalhos no Parlamento, em 1888, a princesa Isabel disse que o Brasil precisava ser uma pátria livre da escravidão. Logo depois o governo encaminhou a proposta que viria a ser a Lei Áurea.

O deputado Joaquim Nabuco passou a ser o principal articulador da aprovação da proposta, ainda que o governo da época fosse liderado por um partido diferente do seu, e o chefe do governo, o deputado João Alfredo, fosse seu maior adversário em Pernambuco. A postura moral de Nabuco lhe dá uma grandeza ainda maior do que a própria luta pela abolição.

Se a princesa tivesse dito que seu lema seria "Brasil: Pátria sem Escravidão", sem o governo apresentar o projeto da Lei Áurea, sua mensagem teria atendido a crescente consciência nacional da necessidade de abolir a escravidão, mas sem transformar o lema em um ato realizador.

O lema "Brasil: Pátria Educadora" tem o mérito de explicitar a posição que, depois de décadas de luta por alguns, começa a ganhar corpo na sociedade brasileira: a importância da educação para o progresso do país. Mas a ideia ficará apenas como lema sem um conjunto de leis, a definição dos recursos e a articulação de uma base de apoio.

Dizer que a "pátria educadora" será constituída graças aos royalties do pré-sal é insuficiente. Mesmo se a Petrobras superar suas dificuldades financeiras, se a engenharia for eficaz para extrair o petróleo daquela profundidade, se o preço do barril voltar ao patamar de US\$ 100, se a crise ambiental não forçar a substituição do combustível fóssil por outras fontes, mesmo assim, em 2034, o pré-sal só conseguirá fornecer R\$ 35 bilhões, cerca de 5,5% dos recursos necessários para o Brasil virar uma pátria educada.

[...]

Ao aumentar o piso salarial do professor em 13,01%, elevando-o para R\$ 1.917,78, o governo da presidenta Dilma não demonstra firmeza de cumprir seu lema. Além de ser um valor insuficiente, o lema não ganha consistência devido à opção do seu governo em deixar a responsabilidade pela educação sobre os ombros de pobres e desiguais prefeituras e Estados.

Não há como fazer do Brasil uma nação educada se, ao longo dos próximos anos, a educação não for uma questão nacional com, por exemplo, a adoção das escolas pelo governo federal. [...]

(Cristovam Buarque. <http://noticias.uol.com.br/opiniao/coluna/2015/01/16/dilma-nao-demonstra-firmeza-para-cumprir-lema-patria-educadora.htm>)



(Charge de Renato Machado, publicada em janeiro de 2009, via Blog do Noblat)

"Sou professora há 23 anos. Mereço bomba no rosto?", diz manifestante no PR

Em vídeo publicado no Facebook, uma manifestante que ficou ferida durante o confronto ocorrido na tarde desta quarta-feira (29) entre policiais militares e professores da rede estadual do Paraná faz um desabafo sobre a situação. "Sou professora há 23 anos. É isso que eu mereço? Uma bomba no rosto", diz a mulher, que não foi identificada, chorando. Ao menos 57 pessoas ficaram feridas, de acordo com dados oficiais divulgados pelo governo do Paraná. O número contrasta com os 150 feridos divulgados pela Prefeitura de Curitiba.

O conflito desta quarta ocorreu após servidores estaduais do Paraná tentarem romper o cerco da Polícia Militar na Assembleia Legislativa. A PM reagiu com bombas de gás e balas de borracha. No local está sendo votado, a portas fechadas, o projeto de lei Paraná Previdência, do governo Beto Richa (PSDB), que modifica a previdência dos funcionários públicos estaduais.

(Folha Online)

INSTRUÇÕES
▪ O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
▪ O texto definitivo deve ser escrito à tinta , na folha própria , em até 40 linhas .
▪ A redação que apresentar cópia dos textos motivadores terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:
▪ Tiver menos de 20 linhas escritas, sendo considerada “insuficiente”.
▪ Fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo
▪ Apresentar desrespeito aos direitos humanos.
▪ Apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.

SEGUNDA PROPOSTA – LISTA TEMÁTICA: LOUCURA – ENTRE O TRANSTORNO MENTAL E O ESTEREÓTIPO SOCIAL

- Escritor dos mais aclamados, Machado de Assis representa um dos pontos culminantes da literatura brasileira. Dentro de sua obra, O alienista é central, pela permanente inversão do avesso e do direito, da norma e da exceção, temas constantes de sua vasta bibliografia e para os quais o autor deu algumas das melhores contribuições ficcionais. As atividades a seguir pretendem ampliar a compreensão desta obra e deste tempo. Para tanto, você deverá ler o conto O alienista. Consulte-o em um livro de contos do autor ou visite o site Domínio Público, na página <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000231.pdf>. Neste endereço eletrônico, você poderá fazer a leitura na íntegra do conto solicitado.

F EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

Atividades referentes ao texto O alienista, de Machado de Assis.

- | | |
|---|--|
| <p>01 Qual o principal tema de O alienista? Justifique sua resposta.</p> <p>02 Quais são as principais correntes de pensamento criticadas em O alienista?</p> <p>03 A obra de Machado de Assis geralmente trata da impossibilidade de chegarmos à verdade das coisas. Nos seus romances, ele fala muito das máscaras sociais. Em que sentido esse traço marcante de sua obra reaparece em O alienista? Comente.</p> <p>04 Comente a seguinte frase de Simão Bacamarte: “A ciência é o meu emprego único; Itaguaí é o meu universo”. Por que ela é irônica? O que nos autoriza a fazer essa interpretação?</p> <p>05 Tendo em vista o desfecho da narrativa, podemos dizer que Simão Bacamarte é realmente louco? Justifique.</p> | <p>06 O que levou Bacamarte a duvidar do veredicto de loucura que ele deu aos habitantes de Itaguaí?</p> <p>07 Qual é a estratégia narrativa utilizada em O alienista para dar uma sensação de objetividade científica?</p> <p>08 De quais efeitos de linguagem o narrador se vale para caracterizar uma obra que trata da ciência?</p> <p>09 Qual a relação existente entre Porfírio e Bacamarte?</p> <p>10 Leia o trecho seguinte:</p> <p>(...) Disse isto, e calou-se, para ruminar o pasmo do boticário. Depois explicou compridamente a sua ideia. No conceito dele a insânia abrangia uma vasta superfície de cérebros; e desenvolveu isto com grande cópia de raciocínios, de textos, de exemplos. Os exemplos achou-os na história e em Itaguaí, mas, como um raro espírito que era, reconheceu o perigo de citar todos os casos de Itaguaí e refugiou-se na história. Assim, apon-tou com especialidade alguns personagens célebres,</p> |
|---|--|

Sócrates, que tinha um demônio familiar, Pascal, que via um abismo à esquerda, Maomé, Caracala, Domiciano, Calígula, etc., uma enfiada de casos e pessoas, em que de mistura vinham entidades odiosas, e entidades ridículas. E porque o boticário se admirasse de uma tal promiscuidade, o alienista disse-lhe que era tudo a mesma coisa.

ASSIS, Machado de. “Capítulo IV: Uma teoria nova”. In: Helena e O alienista. Rio de Janeiro: Editora Três, 1972.

Comente qual a principal ironia presente no raciocínio de Simão Bacamarte. Como o autor nos faz subentender que os argumentos de Bacamarte são loucos?

11| Leia os trechos a seguir:

Embora os homens costumem ferir a minha reputação e eu saiba muito bem como meu nome soa mal aos ouvidos dos mais tolos, orgulho-me de vos dizer que esta Loucura, sim, esta Loucura que estais vendo é a única capaz de alegrar os deuses e os mortais. A prova incontestável do que afirmo está em que não sei que súbita e desumana alegria brilhou no rosto de todos ao aparecer eu diante deste numerosíssimo auditório. (...) Bastou, pois, minha simples presença para eu obter o que valentes oradores mal teriam podido conseguir com um longo e longamente meditado discurso: expulsar a tristeza de vossas almas.

ROTTERDAM, Erasmo de. Elogio da loucura. São Paulo: Abril Cultural, 1972.

Em que sentido essa visão da loucura, descrita por Eras-

mo de Rotterdam, no século XVI, se distingue daquela proposta em O alienista?

12| Leia estes trechos considerando o contexto de O alienista:

A loucura, porém, não está somente ligada às assombrações e aos mistérios do mundo, mas ao próprio homem, às suas fraquezas, às suas ilusões e a seus sonhos, representando um sutil relacionamento que o homem mantém consigo mesmo. Aqui, portanto, a loucura não diz respeito à verdade do mundo, mas ao homem e à verdade que ele distingue de si mesmo.

(...)

O grande jogo da história será de quem se apoderar das regras, de quem tomar o lugar daqueles que as utilizam, de quem se disfarçar para pervertê-las, utilizá-las ao inverso e voltá-las contra aqueles que as tinham imposto.

(...)

A verdade da loucura é ser interior à razão, ser uma de suas figuras, uma força e como que uma necessidade momentânea a fim de melhor certificar-se de si mesma.

FOUCAULT, Michel apud VIEIRA, Priscila Piazentini. “Reflexões sobre A história da loucura de Michel Foucault”. In: Revista Aulas: Dossiê Foucault. Organização de Margareth Rago &

Adilton Luís Martins. n.º 3, dez. 2006/mar. 2007.

Que relações podemos estabelecer entre essas definições da loucura, feitas pelo filósofo francês Michel Foucault, no século XX, e a proposta de O alienista? Explique.

F EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

Diálogos com a temática do texto O alienista

“A loucura (...), objeto de meus estudos, era até agora uma ilha perdida no oceano da razão; começo a suspeitar que é um continente.”

(ASSIS, Machado de. O Alienista. In: Obra Completa. Vol. II, Conto e Teatro. Org. por Afrânio Coutinho, 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1979. p. 260)

TEXTO I

Um começo muito louco

“Ora, a mente é dita sã”, escreveu Erasmo em O elogio da loucura (1509), “desde que controle adequadamente todos os órgãos do corpo”. Embora escrita quase 500 anos atrás num tratado em defesa do cristianismo, essa frase expressa mais ou menos nossas suposições modernas sobre a sanidade. Em primeiro lugar, que a sanidade é uma qualidade da mente, não do corpo (não descrevemos os corpos das pessoas como sãos ou insanos). Em segundo lugar, que é a função da mente sã controlar o corpo, e portanto que o corpo ficaria descontrolado — ou pelo menos faz-

do coisas proibidas — se não estivesse sob a égide da mente. Em terceiro lugar, que o corpo é não só o tipo de objeto que pode ser controlado, como também o tipo de objeto que pode ser adequada ou inadequadamente controlado; portanto, o que a mente sã implica acima de tudo é adequação. E por fim, mas não menos importante, há um fator temporal envolvido. Para ter sanidade precisamos de uma mente, e precisamos de uma mente para controlar um corpo que de outro modo seria insano, mas a mente é dita sã, como dizia Erasmo, apenas “desde que” controle os órgãos do corpo. A sugestão é que a sanidade é precária, não uma condição permanente. A questão passa a ser não só se a mente sã pode controlar o corpo, mas por quanto tempo.

(PHILLIPS, Adam. Louco para ser normal. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. p. 63)

01| Tomando por base as suposições modernas sobre a sanidade apresentadas no texto I, responda: o que é considerado primordial para que a mente seja saudável?

TEXTO II

Os diferentes

Descobriu-se na Oceania, mais precisamente na ilha de Ossevaolep, um povo primitivo, que anda de cabeça para baixo e tem vida organizada.

É aparentemente um povo feliz, de cabeça muito sólida e mãos reforçadas. Vendo tudo ao contrário, não perde tempo, entretanto, em refutar a visão normal do mundo. E o que eles dizem com os pés dá a impressão de serem coisas aladas, cheias de sabedoria.

Uma comissão de cientistas europeus e americanos estuda a linguagem desses homens e mulheres, não tendo chegado ainda a conclusões publicáveis. Alguns professores tentaram imitar esses nativos e foram recolhidos ao hospital da ilha. Os cabecences-para-baixo, como foram denominados à falta de melhor classificação, têm vida longa e desconhecem a gripe e a depressão.

(ANDRADE, Carlos Drummond de. Prosa Seleta. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2003. p. 150)

02| O nome da ilha, no texto II, sugere uma sociedade inversa àquela que tem a “visão normal do mundo” (“Ossevaolep” é “pelo avesso” ao contrário). Estabeleça o ponto de vista do povo de Ossevaolep, que anda de cabeça para baixo, em relação à “visão normal do mundo”.

03| No texto II, identifica-se o povo da ilha de Ossevaolep por um neologismo: cabecences-para-baixo.

- A** Identifique os processos de formação de palavras utilizados para a criação desse neologismo.
- B** Considerando o conhecimento que os observadores têm do povo de Ossevaolep, responda: por que se afirma, no texto II, que o neologismo foi criado “à falta de melhor classificação”?

04| No texto I (Um começo muito louco), apresentam-se três suposições sobre a sanidade.

Relacione o conteúdo da terceira suposição ao texto II (Os diferentes), tendo em vista o estilo de vida do povo de Ossevaolep.

TEXTO III

SEGUE NESTE SONETO A MÁXIMA DE BEM VIVER QUE É ENVOLVER-SE NA CONFUSÃO DOS NÉSCIOS PARA PASSAR MELHOR A VIDA

SONETO

Carregado de mim ando no mundo,
 E o grande peso embarga-me as passadas,
 Que como ando por vias desusadas,
 Faço o peso crescer, e vou-me ao fundo.
 O remédio será seguir o imundo
 Caminho, onde dos mais vejo as pisadas,

Que as bestas andam juntas mais ousadas,
 Do que anda só o engenho mais profundo.
 Não é fácil viver entre os insanos,
 Erra, quem presumir que sabe tudo,
 Se o atalho não soube dos seus danos.
 O prudente varão há de ser mudo,
 Que é melhor neste mundo, mar de enganos,
 Ser louco c’os demais, que só, sisudo.

(MATOS, Gregório de. Poemas escolhidos. São Paulo: Cultrix, 1989. p. 253)

05| O soneto de Gregório de Matos (texto III) apresenta, em sua construção, um conflito entre o eu-lírico e o mundo.

- A** Em que consiste esse conflito?
- B** Qual foi a solução proposta?

06| O Barroco faz um uso particular de metáforas para concretizar abstrações. No texto III, encontram-se vocábulos cujos significados constroem imagens vinculadas à travessia do eu-lírico no mundo. Retire do texto quatro vocábulos desse campo semântico, sendo dois verbos e dois substantivos.

TEXTO IV

O ASSINALADO

Tu és o louco da imortal loucura,
 o louco da loucura mais suprema.
 A terra é sempre a tua negra algema,
 prende-te nela a extrema Desventura.
 Mas essa mesma algema de amargura,
 mas essa mesma Desventura extrema
 faz que tu’alma suplicando gema
 e rebente em estrelas de ternura.
 Tu és Poeta, o grande Assinalado
 que povoas o mundo despovoado,
 de belezas eternas, pouco a pouco.
 Na Natureza prodigiosa e rica
 toda a audácia dos nervos justifica
 os teus espasmos imortais de louco!

(SOUSA, Cruz e. Poesia completa. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981. p. 135)

07| Apresente, com suas próprias palavras, o significado de loucura depreendido a partir da leitura do texto IV.

- A seguir, você lerá uma coletânea de textos que servirão para fomentar um debate em sala de aula acerca da temática comum a eles.

COLETÂNEA COMPLEMENTAR

TEXTO 1

País vive 'apagão' no tratamento de doentes com transtornos mentais

Treze anos após a aprovação da lei que deu início à reforma psiquiátrica, que prioriza o atendimento comunitário em detrimento das internações, o país vive um "apagão" nos cuidados aos doentes com transtornos mentais.

Hoje há cerca de 27 mil leitos psiquiátricos, sendo 20 mil ocupados por doentes crônicos. Segundo projeções da literatura internacional, seriam necessários 70 mil leitos para atender a atual demanda de doentes mentais.

Na década de 90, o país tinha 200 mil leitos. Mas a realidade era cruel. Os pacientes viviam em manicômios, longe do convívio familiar e social, e sem reabilitação. Com a reforma psiquiátrica, esses locais foram sendo fechados, mas o país ainda não conseguiu criar uma rede eficiente de atenção à saúde mental que garanta, por exemplo, consultas e tratamento com psiquiatras e psicólogos no SUS e leitos para situações de emergência.

O debate reacendeu nos últimos dias com a posse do novo ministro da Saúde, Arthur Chioro, conhecido militante da luta antimanicomial e que já se posicionou contra os hospitais psiquiátricos. O temor dos médicos é que haja ainda mais cortes de leitos.

Segundo o Ministério da Saúde, as posições de Chioro estão em acordo com a atual política de saúde mental.

O vácuo assistencial pode ser visto nas emergências dos hospitais gerais e psiquiátricos, para onde vão doentes agudos (em surto psicótico). "Ficam ali agitados, circulando no meio de outros pacientes, até surgir uma vaga de internação", conta o psiquiatra Rodrigo Bressan, que coordena o programa de esquizofrenia da Universidade Federal de São Paulo.

Os doentes menos graves, após estabilizados com remédios, têm alta e orientação para procurar ambulatórios ou os Caps (Centros de Atenção Psicossocial). Mas como não encontram vagas ou não aderem ao tratamento, surtam e voltam aos prontos-socorros.

"É uma porta giratória. Entram, saem e voltam em pior situação. Não têm a atenção adequada porque a rede de atendimento é insuficiente. Ninguém quer o que existia antes, mas a realidade hoje também é cruel", afirma o psiquiatra Quirino Cordeiro Júnior, chefe do departamento de psiquiatria da Santa Casa de São Paulo.

A instituição gerencia dois dos maiores prontos-socorros psiquiátricos (na Vila Mariana e em Franco da Rocha), que, juntos, atendem cerca de 2.000 pacientes por mês. "Estão sempre superlotados, trabalhamos com o triplo da capacidade. Pacientes graves, que precisam de uma internação urgente, demoram até três semanas para conseguir uma vaga", conta.

Segundo ele, muitos dos casos que sobrecarregam os PSs são simples (renovação de receita de antidepressivo, por exemplo) e poderiam ser atendidos na rede básica, se houvesse estrutura. Uma consulta com psiquiatra no SUS chega a demorar um ano.

"Os Caps são muito importantes, mas estão sendo negligenciados. São poucas unidades, poucos profissionais e uma estrutura física precária", diz o promotor público Luiz Roberto Faggioni, que já instaurou inquérito civil para apurar as irregularidades.

A situação de caos não é exclusiva de São Paulo e se repete em todo o país, segundo Antonio Geraldo da Silva, presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria. "Hoje não temos leitos, não temos consultas, não temos nada. É um apagão. Em vez de fechar os hospitais psiquiátricos, o governo deveria qualificá-los e readequá-los." Ele defende um sistema em rede, com atendimento primário, secundário e terciário – como prevê, no papel, a atual política.

O psiquiatra Mauro Aranha de Lima, vice-presidente do Cremesp (conselho regional de medicina paulista), diz que a maioria dos doentes pode ser tratada em ambulatórios porque as atuais terapias são eficientes. "Internação é só para situações emergenciais, em que há risco para a vida do doente ou de outras pessoas. O país não precisa mais de paciente morando em hospitais."

Cláudia Collucci, Jornal Folha de São Paulo – 10/02/2014.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2014/02/1409600-pais-vive-apagao-no-tratamento-de-doentes-com-transtornos-mentais.shtml>

TEXTO 2

Em extinção, manicômios podem voltar “disfarçados”

Sorocaba, que teve centenas de mortes em manicômios nos últimos anos, pode repetir erros ao ver novo modelo de saúde mental chefiado por ex-donos de manicômios

"Parece um hotel cinco estrelas". É assim que Wilson Abramoviz, o Pitico, 62 anos, define seu novo lar ao receber a reportagem de CartaCapital em sua residência terapêutica. Pitico vive em uma casa com mais nove ex-internos de diversos hospitais psiquiátricos de Sorocaba, interior de São Paulo. Há um ano na residência, ele não tem sobre o que reclamar, especialmente levando-se em conta sua situação anterior: "A ala em que eu morava era um pavilhão com 90 pessoas, com quartos dos dois lados do corredor. Era algo meio prisão".

A “prisão” a que Pitico se refere é o Hospital Vera Cruz, o maior manicômio com leitos públicos do Brasil, com capacidade para 512 pessoas. Interno por 13 anos no hospital (hoje sob intervenção da prefeitura de Sorocaba), Pitico vê na residência terapêutica a chance de recomeçar sua vida, desta vez, com mais autonomia e liberdade. Esta expectativa por um recomeço, no entanto, está em risco, alerta a Frente de Luta Antimanicomial de Sorocaba (Flamas). "Com os antigos donos de hospitais assumindo o controle das residências terapêuticas e dos centros de atendimento, há um risco do pensamento manicomial seguir ativo no tratamento dos pacientes", afirma o grupo.

A situação de Sorocaba é emblemática dentro do quadro nacional: lá está em curso a substituição de manicômios por instituições mais avançadas, como os Caps (Centro de Atendimento Psicossocial) ou as casas terapêuticas. A iniciativa corre o risco de fracassar por uma teia que envolve relações políticas, verbas milionárias e uma cultura atrasada de tratamento de pacientes psiquiátricos.

Para piorar, a transparência anda em baixa na rede pública de saúde local: por três semanas CartaCapital tentou uma autorização para visitar a instituição mas, depois de muitas idas e vindas e depois de chegar inclusive a prometer acesso ao Vera Cruz, a Prefeitura mudou de ideia e barrou a reportagem.

Interditado desde 2012 após denúncias de abuso aos Direitos Humanos, o Hospital Vera Cruz está em processo de desinstitucionalização. Ou seja, todos os pacientes psiquiátricos internados devem voltar ao convívio social e ser tratados em estruturas extra-hospitalares, dormindo, contudo, em suas residências. No caso de Sorocaba e região, o documento que oficializa esse processo é um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em 2012 entre o Ministério Público e as prefeituras de Sorocaba, Salto de Pirapora e Piedade. A exigência é que, em um prazo de três anos, prorrogável por mais um, todos os manicômios de Sorocaba e região sejam fechados.

Antes da interdição o Vera Cruz chegou a registrar 46 mortes, no período entre 2006 e 2007, uma a cada 15 dias. Se considerada a taxa de óbitos nos hospitais das cidades vizinhas, no mesmo período, o número sobe para uma morte a cada três dias, aponta um levantamento da frente antimanicomial coordenado pelo professor de psicologia Marcos Garcia, da Universidade Federal de São Carlos (Ufscar). Na época, uma Comissão Especial, presidida pelo vereador Izídio Correia (PT), investigou e constatou as irregularidades nos manicômios.

O Vera Cruz hoje é administrado pelo Instituto Moriah, que recebe R\$ 1,8 milhão do SUS para a função. "Algumas coisas mudaram na região, mas os manicômios ainda são rentáveis", afirma o Flamas.

Hoje, Pitico e outros 400 pacientes da cidade estão fora de manicômios graças à lei da Reforma Psiquiátrica. Outros 600 estão sob processo de desinstitucionalização.

Aprovada em 2001, a Reforma Psiquiátrica prevê a substituição progressiva de hospitais psiquiátricos de grande porte por uma rede substitutiva, em que o paciente é tratado em instituições extra-hospitalares. O problema é que em Sorocaba, uma das últimas cidades a aceitar a reforma, os donos dos antigos manicômios assumiram o controle da nova rede de assistência de saúde mental e, muitas vezes, reproduzem o tratamento manicomial, considerado inadequado.

Prestação de contas irregular

Segundo a lei, o tratamento de pacientes mentais na rede pública se dá nos Caps (Centros de Atenção Psicossocial), que consistem em casas. Nesses locais, a estratégia de trabalho principal são grupos terapêuticos. Os pacientes chegam pela manhã e são dispensados ao longo do dia para voltar para onde moram. Mesmo em caso de surtos, os pacientes podem ficar internados por, no máximo, sete dias.

Sorocaba, como outras cidades Brasil afora, passa por um processo de adaptação ao novo modelo. A cidade possui três Caps infantis e oito para adultos. Destes oito, dois pertencem à prefeitura e cinco são de donos de antigos manicômios.

"O Caps é uma sala de 20 m² com uma estante com meia dúzia de livros, um baralho e uma televisão ", relata Pitico, ex-interno por problemas com álcool, ao descrever o Caps III. O relato evidencia a continuidade de problemas típicos dos manicômios presentes em muitos Caps, a falta de atividades culturais e de ações de inserção social, conforme previsto por lei.

Uma auditoria finalizada em janeiro deste ano pediu o rompimento do contrato de administração com a organização Instituto Moriah, que administra Caps na região, por constatar a estrutura precária do Hospital Vera Cruz, o número de profissionais abaixo do exigido por lei, a comida armazenada de forma imprópria e ainda a prestação de contas irregular.

O Instituto Moriah, que administra o hospital Vera Cruz, foi procurado, mas não se pronunciou.

Mortes e maus-tratos

Até 2012 Sorocaba tinha quatro manicômios em funcionamento – hoje restam dois. Eles faziam da cidade a maior do País em número de leitos psiquiátricos por habitante. Na época eram oferecidos 2,3 leitos para internação para cada mil pessoas, número quase cinco vezes acima do que determina a legislação brasileira (0,45 leitos para mil pessoas).

Sorocaba, contudo, nunca foi referência em saúde mental. Pelo contrário. Entre 2006 e 2009 morreram 233 pessoas nos manicômios da cidade. A idade média dos mortos era de 43 anos, e um quarto dos óbitos se deu entre pacientes de 17 a 29 anos. Muitos morreram no inverno, por falta de condições para suportar baixas temperaturas.

Houve uma redução de óbitos, mas as mortes seguem acontecendo. Em junho de 2013, por exemplo, um paciente morreu após não resistir às agressões de outro interno. Em novembro do ano seguinte, a história se repetiu, embora o hospital tenha inicialmente registrado boletim de ocorrência alegando morte decorrente de "queda da própria altura".

A causa das mortes, em última instância é a mesma, conforme apontam diversos relatórios: o baixo número de profissionais.

A última morte, por exemplo, ocorreu dias depois do Hospital Vera Cruz promover uma demissão em massa. "Quando dava briga tinha que ligar para vir dois ou três da outra ala para segurar porque eram só dois funcionários para cuidar de 50 internos", lembra Pitico.

Interesses políticos

Demissões em massa, aquisições de Caps por antigos donos de manicômios e a falta de responsabilização pelas mortes e maus-tratos têm uma explicação, segundo a frente antimanicomial: interesses políticos.

"Os donos dos manicômios possuíam muito poder econômico e político, e sócios das instituições assumiam cargos públicos", afirma o grupo. "Assim, conseguiram formar essa "fortaleza manicomial" que durou até 2011. A nova estratégia é se manter no negócio comprando Caps, mantendo boas relações com o poder público e demitindo a equipe anterior, proveniente de Campinas, reste sim um polo de referência sobre saúde mental.

A fortaleza manicomial a que o Flamas se refere encontrava apoio no Ministério Público de Sorocaba e na Prefeitura. O promotor Jorge Marum, responsável na época por apurar as denúncias de maus-tratos no hospital, desqualificou o relatório do Flamas e sugeriu o arquivamento do caso, dizendo que "não havia nada de errado com os hospitais locais".

O médico Milton Palma foi secretário da saúde do município entre 2005 a 2011. Durante os seis anos à frente do cargo, Palma era sócio de três hospitais manicomial da cidade. Após a informação vir à tona, o secretário foi exonerado.

Entre 2005 e 2013 o prefeito de Sorocaba foi Vitor Lippi, hoje deputado federal pelo PSDB paulista. Diante das denúncias de mortes e conflitos de interesse dentro da secretaria de saúde, Lippi defendeu publicamente seu secretário e qualificou as denúncias do Flamas como "uma maldade".

Com data marcada para os manicômios deixarem de existir, persiste a ameaça de se reproduzir a lógica manicomial em outros espaços que tomem seu lugar, como os Caps. "O problema não é apenas o espaço físico. Sem uma orientação ética e política para acabar de vez com o manicômio, suas práticas podem ser reproduzidas e preservadas em outros dispositivos de saúde, continuando a anular a autonomia e liberdade dos sujeitos", afirma o grupo.

Brasil sem manicômios

Hoje existem 25.988 leitos em 167 hospitais psiquiátricos no País. Não há prazo para todos os hospitais serem fechados. No entanto, o Ministério da Saúde, a fim de estimular a Reforma Psiquiátrica, reafirma a política de reduzir ano após ano os investimentos nessas instituições, transferindo os pacientes para a rede substitutiva, que não pressupõe internação.

Nos anos 90, um total de 85% do orçamento de saúde mental ia para os hospitais psiquiátricos. Em 2010, esse valor foi de 35%, e hoje está em 20,61%.

O governo federal afirmou em nota que "dentro do propósito de desinstitucionalizar e garantir a livre circulação das pessoas com transtornos mentais na sociedade, o Ministério oferece, ainda, o auxílio-reabilitação psicossocial De Volta Para Casa, repassado a pacientes que tenham permanecido em longas internações psiquiátricas". A bolsa é de R\$ 412 mensais para 4.332 pacientes com transtornos mentais que receberam alta hospitalar após um longo histórico de internação psiquiátrica.

A Reforma Psiquiátrica, em curso no Brasil, já foi adotada em quase todos os países europeus, sendo o modelo italiano o referencial para as ações brasileiras.

Ao menos na região de Sorocaba, o avanço ainda está longe de se concretizar.

Marcelo Pellegrini, Revista CartaCapital – 03/02/2015.

Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/em-extincao-manicomios-podem-voltar-disfarcados-7374.html>

TEXTO 3

Desamarrando os loucos

Os últimos hospitais psiquiátricos judiciais italianos devem desaparecer nos próximos meses. A medida é o desfecho de um longo combate contra os preconceitos a respeito da periculosidade dos doentes mentais. Em Trieste, pioneiros experimentam com sucesso abordagens alternativas desde o início dos anos 1970

Em Trieste se diz que a Bora enlouquece. Esse vento glacial do norte atravessa a cidade todo ano, infiltrando-se entre os prédios severos da Praça da União Italiana, para se agarrar aos galhos das árvores de San Giovanni. Nesse parque, pequenos pavilhões verdes são os últimos traços do hospital psiquiátrico fechado no início dos anos 1970 pelo médico Franco Basaglia. Para celebrar o fim do hospício, doentes, enfermeiros e artistas tinham então construído um imenso cavalo azul de papelão. Colocado fora do parque onde viveram reclusos durante anos cerca de 1,2 mil "loucos", o cavalo simbolizava o retorno à vida cívica, a reapropriação da cidadania e um chamado a uma outra psiquiatria.

Em 1978, uma lei generalizou ao conjunto do território a experiência realizada em Trieste, ordenando o fechamento de todos os hospitais psiquiátricos. A decisão, fruto de uma evolução intelectual e política, levou um tempo para se impor: o último estabelecimento fechou suas portas apenas em meados dos anos 1990. É preciso dizer que o hospital psiquiátrico italiano tinha sido por muito tempo uma terrível máquina de asilo, imortalizada especialmente pelo filme *Vertigens*, de Mauro Bolognini, muito distante dos sistemas franceses e britânicos, onde já se elaboravam soluções alternativas à reclusão.¹ Depois da Segunda Guerra Mundial, os asilos ainda internavam mais de 110 mil pessoas.

Na origem dessa transformação encontra-se Basaglia, figura importante da psiquiatria alternativa europeia. Nascido em 1924, em Veneza,² ele ficou detido por diversos meses ao final da Segunda Guerra por causa de sua proximidade com um grupo antifascista. Marcado por essa experiência, ele não parou de lutar contra a reclusão. Inspirado principalmente pela crítica das instituições e do colonialismo desenvolvida por Michel Foucault e Frantz Fanon, ele se recusou, no entanto, a se inscrever no movimento antipsiquiatria. Para o italiano, o simples questionamento sobre a existência dos hospitais psiquiátricos não era suficiente para aniquilar o controle social e normativo exercido sobre os doentes. Ainda que seus pontos de vista convirjam frequentemente com os da psiquiatria institucional conduzida na França por Félix Guattari, Basaglia, bem pouco pautado pela psicanálise, pegou a tangente, pregando a destruição da instituição e trabalhando para ultrapassá-la.

“Colocar a doença entre parênteses”

Depois de uma primeira experiência de “hospital aberto” em Gorizia, o psiquiatra conseguiu fechar o estabelecimento de Trieste. Toda a hierarquia foi abalada, não sem desgaste: os médicos abandonaram seus jalecos e entregaram uma parte de seu poder aos enfermeiros, que por sua vez deixaram sua simples função de capatazes. Assistentes sociais e “especialistas em reabilitação social” entraram em ação, assim como as cooperativas de trabalho que permitiam que os doentes recebessem um salário em troca de uma atividade. Tudo isso a fim de “colocar a doença entre parênteses”, essa grande ideia de Basaglia, que, sem negar a patologia, pensa que “a relação terapêutica só é possível com um doente mental livre”.

Ainda hoje, cuidadores e associações de doentes vêm do mundo inteiro a Trieste para entender como tal psiquiatria é possível. Roberto Mezzina, o responsável pelo Departamento de Saúde Mental da cidade, precisa o método: “A negociação é nosso principal ingrediente. E, mesmo sem hospital, defendemos serviços comunitários fortes, com meios, apoio político, pessoal formado e tempo para trabalhar”. Para substituir o hospital propriamente dito, Basaglia, apoiado por um governador regional visionário, tinha imaginado centros de saúde mental na cidade, inspirados pelo modelo anglo-saxão de Maxwell Jones.³ Hoje, o sistema é sensivelmente o mesmo: os quatro centros de Trieste ficam abertos 24 horas por dia e dispõem cada um de seis ou sete leitos, para uma população de 240 mil habitantes. No conjunto da Itália, há uma média de 9,8 leitos para cada 100 mil habitantes, ou seja, quase dez vezes menos que na França (88,2 em média no período entre 2000 e 2010, segundo o Eurostat). O foco está na acolhida diurna – no ambulatório. No centro Gambini, próximo à principal rua comercial da cidade, as pessoas que

sufrem de problemas psiquiátricos vêm receber tratamento, fazer uma refeição, encontrar uma assistente social, um psiquiatra, um psicólogo, participar de atividades ou de grupos de discussão. Ninguém fica mais do que uma semana ou duas, e apenas em caso de crise. Os pacientes vivem na maioria das vezes em família ou em residências e apartamentos não medicalizados.

Urgências psiquiátricas sempre existem no hospital geral. O ambiente é descontraído: nenhuma porta é fechada, tudo é claro, limpo, acolhedor. Apenas oito leitos. A contenção (o fato de ficar preso em uma cama ou poltrona) é banida. A lei italiana reserva o tratamento sanitário obrigatório a situações excepcionais, como último recurso, e o limita a uma semana no máximo. “Claramente, para nós, o hospital é patológico”, explica Mario Colucci, psiquiatra e coautor com o filósofo e epistemólogo Pierangelo Di Vittorio de um livro sobre Basaglia.⁴ “Mas a crise sempre é possível, para um esquizofrênico, por exemplo, vítima de uma psicose intensa. Se chega à emergência, ele deve imediatamente sentir que não se trata de uma prisão, que ele não tem inimigos entre essas paredes e que poderá sair rapidamente. É essencial para fazê-lo aceitar o tratamento.” Daí a necessidade de um grande trabalho de mobilização do território, por meio de ateliês que misturam doentes e são, com uma sensibilização das forças da ordem.

O processo de “desinstitucionalização” não acabou com a morte de Basaglia, em 1980. A reabilitação social hoje toma outras formas, ainda mais porque a crise econômica e o contexto ideológico conservador complicam a missão das cooperativas de trabalho, os elementos-chave do dispositivo. O Departamento de Saúde Mental experimenta os “orçamentos pessoais”, quer dizer, uma soma alocada no momento de um contrato feito com o beneficiário, que se compromete com um projeto: uma formação, a entrada em uma atividade profissional, artística... “O que faz de um doente um excluído deve-se a todo um sistema: a lei, a dominação econômica e social, a relação de classe... A dimensão política era evidente para Basaglia e ainda hoje é um ponto determinante”, lembra Di Vittorio. A Organização Mundial da Saúde reconheceu a qualidade do trabalho feito em Trieste. Nenhum excesso foi constatado. A hospitalização sanitária obrigatória diz respeito a menos de 10% dos pacientes, enquanto a taxa de suicídio (que já é baixa na Itália) diminuiu pela metade entre 1990 e 2011.

Essa abordagem nem sempre convenceu. “Muitos médicos estrangeiros disseram que o país tinha abandonado seus doentes”, relata o historiador da medicina Jean-Christophe Coffin. “Nos anos 1970, a esquerda radical francesa, por exemplo, considerou que, reduzindo o espaço do hospital público, estavam na verdade reduzindo o papel do Estado. É uma falta de entendimento, pois era a instituição que era visada por Basaglia, não o tratamento.” Lucien Bonnafé, psiquiatra francês e militante comunista, e também Jean Oury, fundador da clínica La Borde, criticaram Basaglia, ao mesmo tempo que estavam de acordo com sua vontade de modificar a organização psiquiátrica, assim como com sua denúncia da marginalização do louco, associado ao pobre. “Encontramos uma ambivalência do mesmo tipo no caso italiano, já que Basaglia e a cidade comunista de Parma [onde ele trabalhou por um tempo] tiveram uma relação complicada... Em todo caso mais complicada do que em Trieste, onde o prefeito da época era democrata cristão.”

Hoje, muitas coletividades italianas não cumprem completamente seu papel, por falta de meios ou de vontade política. Em Milão e em Roma, alguns centros só abrem algumas horas por dia, o que leva os doentes em crise para a rua ou para os prontos-socorros. Outras regiões enviam seus doentes para clínicas privadas, sem se preocupar com aqueles que não têm recursos para recorrer a elas. E existe um ponto cego que permanece, reminiscência do passado hospitalar, e escurece muito esse quadro: os hospitais psiquiátricos judiciais (OPGs, em italiano), unidades psiquiátricas instaladas nas prisões, sob a dupla tutela dos ministérios da Justiça e da Saúde. Cerca de oitocentas pessoas estão internadas nos seis estabelecimentos restantes (ver quadro).

Para acabar com os OPGs são necessários os meios para cuidar realmente de todos os doentes. Desde suas origens solicita-se prioritariamente à psiquiatria que proteja a sociedade dos “loucos”. Basaglia dizia desde 1968: “Onde estão as responsabilidades? O que um homem em estado de deixar o hospital e que se vê rejeitado por seus próximos, por seu empregador, por seus amigos, por uma realidade que o vomita como se fosse um homem a mais pode fazer além de se matar, ou matar alguém que para ele tem o rosto da violência que lhe foi infligida?”. A experiência bem-sucedida em Trieste resolve em parte essas contradições: “Eu me recuso a acreditar num tipo de ‘especificidade social’ ligada à nossa região”, ressalta Giovanna del Giudice, ex-psiquiatra de Trieste e membro do coletivo nacional Stop OPG, que milita pela abolição dos OPGs. “Eu trabalhei em Cagliari, na Sardenha, onde a situação era muito degradada. Em 2004, havia 74 pessoas no OPG da província. Na minha saída, em 2009, 43. Hoje, apenas dez. Isso foi possível graças a um governador esclarecido, que colocou o reforço do cuidado com a saúde mental no centro do dispositivo.” Segundo um responsável de serviço no Ministério do Interior, as autoridades estimam hoje que apenas a saída de 8% das pessoas internadas seria um problema. O fechamento oficial dos OPGs poderia, depois de longos adiamentos, acontecer em abril de 2015. O fim do hospício se apresenta como uma aventura política.

BOX

As últimas prisões para “loucos”

Situado às margens da cidade e rodeado de campos, o Hospital Psiquiátrico Judiciário (OPG, em italiano) de Reggio Emilia tem todos os atributos de um estabelecimento penitenciário clássico. De um lado, a penitenciária, que conta com 144 detentos;

do outro, o OPG e seus 147 “hospitalizados”. Também são tratados, nessa parte da prisão, os detentos que desenvolvem, ao longo de seu encarceramento, problemas psiquiátricos.

No bloco fechado, os doentes são mantidos em celas, porque podem “descompensar” a qualquer momento. Um deles provoca os visitantes, atrás de sua porta. “Ele cometeu um crime violento, depois uma série de agressões dentro da prisão. Faz vinte anos que está preso e não sabemos quando vai sair”, conta Linda De Maio, chefe da polícia penitenciária. Os doentes internados aqui não foram condenados, mas são submetidos a tempos de reclusão equivalentes à pena de prisão que deveriam cumprir. Ao final desse período um psiquiatra avalia sua periculosidade. Alguns, por uma “pena” inicial de dois anos, ficam vinte ou trinta anos em um OPG.

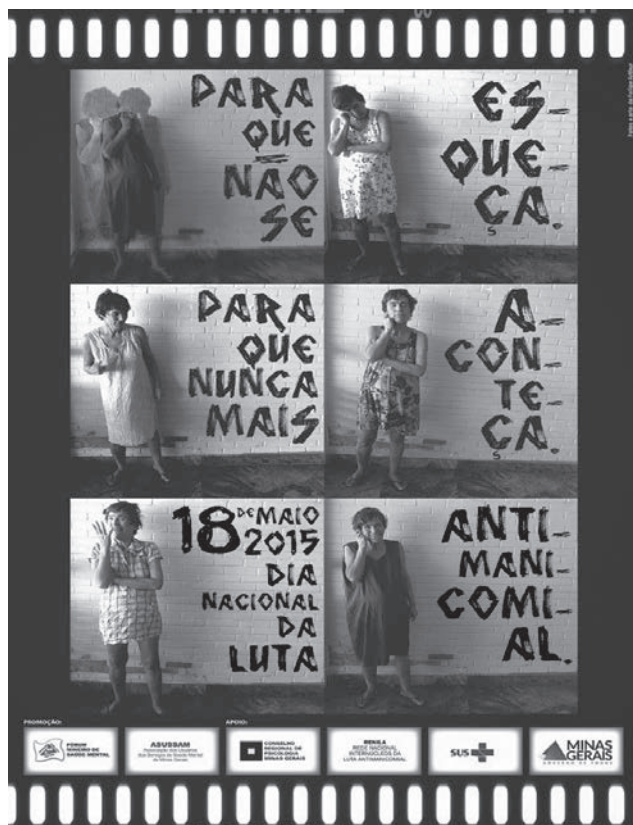
No corredor seguinte, os homens circulam livremente. Eles podem participar de atividades teatrais, ir à piscina, trabalhar. Apesar dos cerca de cinquenta enfermeiros mobilizados, o hospital ainda é uma prisão. Os internos gritam, batem nas portas; rapidamente nos pedem que deixemos os locais. A psiquiatra-chefe, Valeria Calevro, trinta anos no cargo em Reggio Emilia, admite que as medidas de segurança são difíceis de suportar pelos doentes, mas estima que elas sejam necessárias para o resto da sociedade.

A comissão de investigação sobre a eficiência do sistema de saúde mental, realizada em 2010, permitiu que os italianos descobrissem a realidade dos OPGs, descritos como “indignos até de um país pouco civilizado”. Além da sujeira, da contenção maciça e da ausência gritante de cuidados, é o sistema jurídico que representa um problema. O código penal ainda compreende a noção de “periculosidade social”, apesar de, desde 1982, diversas decisões da Corte Constitucional estabelecerem que o perigo para a sociedade não era o “atributo natural” de um indivíduo ou de uma doença. Em 2013, uma lei pedindo o “encerramento dos OPGs” foi adotada. “Residências fechadas para o estabelecimento de medidas de segurança” devem substituí-los a curto prazo. O coletivo nacional Stop OPG comemora, mas também continua vigilante para o risco de proliferação de mini-hospitais judiciários, “limpos, coloridos, mas que continuarão sendo prisões se hospitalizarmos ali pessoas sem direitos, privadas de um processo, separadas do resto da comunidade”. Não dependendo mais do Ministério da Justiça, cada residência poderia acolher no máximo trinta pessoas, e a “medida de segurança” não poderia mais se prolongar indefinidamente. (M.G.)

Mathilde Goanec é jornalista, Revista Le Monde Diplomatique Brasil – 04/02/2015.

Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1819>

TEXTO 4



Fórum de Saúde Mental. Disponível em: <http://forumsaudemental.blogspot.com.br/?m=1#>

SEGUNDA PROPOSTA

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **“ENTRAVES E DESAFIOS DA RELAÇÃO ENTRE O PORTADOR DE TRANSTORNO MENTAL, A FAMÍLIA, A SOCIEDADE E O ESTADO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO”**, apresentando proposta de intervenção social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

A doença mental permanece até hoje obscura perante a medicina, ou seja, não há uma causa que realmente explique esta doença tão estigmatizante. No entanto, o adoecer psíquico é facilmente percebido, pois, em geral, são apresentados pelos indivíduos que adoecem comportamentos fora daqueles normalmente aceitos pela sociedade. Assim, não sendo entendida pela comunidade como uma doença de causa já bem conhecida, tem sua definição pela determinação cultural e de valores, e não apenas por fatores biológicos. Existindo, assim, o paradigma da exclusão social que se resume em isolamento dos doentes que não são aceitos dentro dos padrões habituais.

A estigmatização da loucura faz com que o doente perca a sua cidadania, sofra preconceitos e seja segregado da sociedade. A história da doença mental, ou loucura, é relatada desde os primórdios da civilização, quando a pessoa considerada anormal era abandonada à sua própria sorte, para morrer de fome ou por ataque de animais. Hoje é sabido que a doença mental, explicada por causas biológicas, psicológicas e sociais, necessita de assistência adequada, com a finalidade de ressocialização do doente e de apoio adequado para este e para a família. A ressocialização ainda é difícil, pois a doença mental, em alguns casos, ainda é vista como transgressões de normas sociais. Considerada uma desordem, não é tolerada e, portanto, segregada.

Luciene Simões Spadini e Maria Conceição Bernardo de Mello e Souza.

Revista da Escola de Enfermagem da USP. Disponível em: www.revistas.usp.br/reeusp/article/download/41519/45113

A reforma psiquiátrica, apesar dos diversos avanços evidenciados tanto em nível local quanto nacional, ainda apresenta muitos desafios e impasses na gestão de uma rede de atenção em saúde mental para o cuidar em liberdade. Alguns desses pontos podem ser assinalados: a forma de alocação de recursos financeiros do SUS e suas repercussões no modelo assistencial proposto para os serviços substitutivos; aumento considerável da demanda em saúde mental (especialmente os casos de usuários de álcool e outras drogas, bem como de atenção para crianças e adolescentes); diminuição importante, mas ainda insuficiente, dos gastos com internação psiquiátrica (modelo hospitalar ainda dominante, o que reflete a política ideológica dos hospitais psiquiátricos), fragilidades em termos de abrangência, acessibilidade, diversificação das ações, qualificação do cuidado e da formação profissional, bem como um imaginário social calcado no preconceito/rejeição em relação à loucura. Entretanto, e não obstante toda problemática apresentada, pretendemos defender o que consideramos o pilar central para a sustentação deste processo: a proposta de projetos terapêuticos ancorados na ideia de reinserção social, na busca da afirmação da autonomia e cidadania do louco.

Alex Reinecke de Alverga (doutor em Psicologia Social) e Magda Dimenstein (coordenadora do curso de pós-graduação em Psicologia pela UFRN). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832006000200003&script=sci_arttext



Cláudia Collucci, Jornal Folha de São Paulo – 10/02/2014.

INSTRUÇÕES

- O **rascunho** da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O **texto definitivo** deve ser escrito **à tinta**, na **folha própria**, em até **40 linhas**.
- A redação que apresentar cópia dos textos motivadores terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- Tiver menos de 20 linhas escritas, sendo considerada “insuficiente”.
- Fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo
- Apresentar desrespeito aos direitos humanos.
- Apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.

TERCEIRA PROPOSTA – LISTA TEMÁTICA: A VULNERABILIDADE DA JUVENTUDE NEGRA À VIOLÊNCIA E SUAS RAZÕES SOCIAIS, HISTÓRICAS E ECONÔMICAS

Juventude e Violência no Brasil Contemporâneo

por Luiz Eduardo Soares

(Antropólogo e cientista político; professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro; co-autor de “Elite da Tropa”.)



Está em curso no Brasil um verdadeiro genocídio. A violência tem se tornado um flagelo para toda a sociedade, difundindo o sofrimento, generalizando o medo e produzindo danos profundos na economia. Entretanto, os efeitos mais graves de nossa barbárie cotidiana não se distribuem aleatoriamente. Como tudo no Brasil, também a vitimização letal se distribui de forma desigual: são, sobretudo, os jovens pobres e negros, do sexo masculino, entre 15 e 24 anos, que têm pago com a vida o preço de nossa insensatez coletiva.

O problema alcançou um ponto tão grave que já há um déficit de jovens do sexo masculino na estrutura demográfica brasileira. Um déficit que só se verifica nas sociedades que estão em guerra. Portanto, apesar de não estarmos em guerra, experimentamos as consequências típicas de uma guerra. Nesse caso, uma guerra fratricida e autofágica, na qual meninos sem perspectiva e sem esperança, recrutados pelo tráfico de armas e drogas (e por outras dinâmicas criminais), matam seus irmãos, condenando-se, também eles, a uma provável morte violenta e precoce, no círculo vicioso da tragédia.

Cerca de 45 mil brasileiros são assassinados por ano no Brasil. Em algumas regiões das grandes cidades, marcadas pelo drama da desestruturação familiar, do desemprego, da degradação da autoestima, da falta de acesso à educação, à cultura,

ao esporte e ao lazer, os números chegam a patamares ainda mais alarmantes. Por outro lado, enquanto o crime se organiza e penetra as instituições públicas, as polícias têm sido, com frequência inaceitável, ineficientes — e, muitas vezes, desrespeitosas dos direitos humanos e das leis que lhes cabe defender. Os milhares de policiais honestos, competentes e dedicados, que arriscam diariamente suas vidas, têm trabalhado em condições técnicas e organizacionais precárias e não têm recebido o reconhecimento que merecem.

Várias são as matrizes da criminalidade e suas manifestações variam conforme as regiões do país e os estados. O Brasil é tão diverso que nenhuma generalização se sustenta. Sua multiplicidade também o torna refratário a soluções uniformes. A sociedade brasileira, por sua complexidade, não admite simplificações nem camisas-de-força. Em São Paulo, a maioria dos homicídios dolosos encerra conflitos interpessoais, cujo desfecho seria menos grave caso não houvesse tamanha disponibilidade de armas de fogo. No Espírito Santo e no Nordeste, o assassinato a soldo ainda prevalece, alimentando a indústria da morte, cujo negócio envolve pistoleiros profissionais, que agem individualmente ou em “grupos de extermínio”, dos quais, com frequência, participam policiais. Na medida em que prospera o “crime organizado”, os mercadores da morte tendem a ser cooptados pelas redes clandestinas que penetram as instituições públicas, vinculando-se a interesses políticos e econômicos específicos, aos quais nunca é alheia a lavagem de dinheiro, principal mediação das dinâmicas que viabilizam e reproduzem a corrupção e as mais diversas práticas ilícitas verdadeiramente lucrativas.

É indispensável destacar a gravidade da violência doméstica e da violência de gênero, contra as mulheres, assim como de crimes como o racismo e a homofobia. São menos conhecidos, publicamente, porque menos delatados e oficialmente registrados, mas intensamente vividos, na privacidade, ou em situações públicas que as formalidades institucionais mantêm à sombra da lei, sob o manto da negligência (quase cúmplice).

Um jovem pobre e negro caminhando pelas ruas de uma grande cidade brasileira é um ser socialmente invisível. A invisibilidade decorre principalmente do preconceito ou da indiferença. Uma das formas mais eficientes de tornar alguém invisível é projetar sobre ele ou ela um estigma, um preconceito. Quando o fazemos, anulamos a pessoa e só vemos o reflexo de nossa própria intolerância. Tudo aquilo que distingue a pessoa, tornando-a um indivíduo, tudo o que nela é singular desaparece. O estigma dissolve a identidade do outro e a substitui pelo retrato estereotipado e a classificação que lhe impomos.

Quem está ali na esquina não é o Pedro, o Roberto ou a Maria, com suas respectivas idades e histórias de vida, seus defeitos e qualidades, suas emoções e medos, suas ambições e desejos. Quem está ali é o “moleque perigoso” ou a “guria perdida”, cujo comportamento passa a ser previsível. Lançar sobre uma pessoa um estigma corresponde a acusá-la simplesmente pelo fato de ela existir. Prever seu comportamento estimula e justifica a adoção de atitudes preventivas. Como aquilo que se prevê é ameaçador, a defesa antecipada será a agressão ou a fuga, também hostil. Quer dizer, o preconceito arma o medo que dispara a violência, preventivamente.

O preconceito provoca invisibilidade na medida em que projeta sobre a pessoa um estigma que a anula, a esmaga e a substitui por uma imagem caricata, que nada tem a ver com ela, mas expressa bem as limitações internas de quem projeta o preconceito. Por isso seria possível dizer que o preconceito fala mais de quem o enuncia ou projeta do que de quem o sofre, ainda que, por vezes, sofrê-lo deixe marcas. O processo lembra, em parte, histórias de terror nas quais o vampiro se apodera do corpo de sua vítima e absorve sua identidade, depois de sorver sua vida.

* * * * *

“Como seria entrar num restaurante, numa noite fria, e levar consigo, dentro de você, a imagem do menino de rua, com frio e fome, desamparado? Aquele mesmo com o qual você topou na porta do restaurante. Como portar uma imagem que contrasta tão duramente com o aconchego que lhe dá prazer? Como extrair prazer da refeição se os meninos estiverem presentes em sua memória, em sua consciência, em sua imaginação? Você perderia o apetite. Como trazer para casa a imagem desoladora do menino ao relento? A pregnância emocional e o magnetismo moral dessa imagem invadiriam o sono e o matariam. Como compatibilizar essa presença perturbadora, constante, dentro de você, com seus pequenos prazeres cotidianos? Como divertir-se, amar, celebrar a vida, usufruir as amizades? Seria inviável.

Para nos proporcionar a indispensável paz interior, para nos apaziguar o espírito e devolver o mínimo indispensável de equilíbrio psíquico, nossa mente nos submerge em uma amnésia seletiva, cauterizando os canais da percepção, sempre seletivamente. A alienação, este alheamento de que falamos, é o preço a pagar pela modesta cota de felicidade que nos cabe. Eu sei que é ruim, é desagradável e ainda por cima soa cínico: como a felicidade de alguém pode sustentar-se em meio à desgraça; pior ainda: na cegueira seletiva proporcionada por essa caprichosa negação? Mas é isso mesmo que acontece... Se nos repugna esse filtro, essa forçada naturalização do inaceitável, essa resignação ao intolerável, muito bem, procuremos participar do esforço coletivo de mudança.

Se houver mudança, ela terá de atingir as condições sociais e econômicas que produzem o abandono das crianças e dos adolescentes; ela terá de alcançar e cortar fundo o mundo da educação. Essas seriam mudanças possíveis e eficazes. Não digo que sejam politicamente viáveis hoje, porque custariam caro e afetariam a lógica econômica dominante, que privilegia o mercado e o capital, celebrando o lucro. Talvez não haja ainda força política acumulada e suficientemente estruturada para enfrentar os grandes interesses, nacionais e multinacionais, vocalizados pela mídia. De todo modo, a mudança exigiria um imenso mutirão educativo e protetor dos menores de 18 anos, pelo menos. Essa galera que, retoricamente, políticos e mídia intitulam “o futuro do país”, mas que continua por aí, arrastando os pés, e só pisa o salão nobre da agenda pública quando se discute a redução da idade de imputabilidade penal.”

* * * * *

“Ninguém cria sozinho ou escolhe para si uma identidade como se tirasse uma camisa do varal. Não se porta ou carrega uma identidade, como se faria com uma carteira, um vestido ou um terno. A identidade só existe no espelho, e esse espelho é o olhar dos outros, é o reconhecimento dos outros. É a generosidade do olhar do outro que nos devolve nossa própria imagem ungida de valor, envolvida pela aura da significação humana, da qual a única prova é o reconhecimento alheio. Nós nada somos e valem nada se não contamos com o olhar alheio acolhedor, se não somos vistos, se o olhar do outro não nos recolhe e salva da invisibilidade...”

Por força da projeção de preconceitos ou por conta da indiferença, perambulam invisíveis pelas grandes cidades brasileiras muitos jovens pobres, especialmente os negros – sobre os quais se acumulam, além dos estigmas associados à pobreza, os que derivam do racismo. Um dia, um traficante dá a um desses meninos uma arma. Quando um desses meninos nos parar na esquina, apontando-nos esta arma, estará provocando em cada um de nós um sentimento – o sentimento do medo, que é negativo, mas é um sentimento. Ao fazê-lo, saltará da sombra em que desaparecera e se tornará visível. A arma será o passaporte para a visibilidade.

Quando nos ameaça na esquina, pela primeira vez, o menino não aponta para nós sua arma do alto de sua arrogância onipotente e cruel, mas do fundo de sua impotência mais desesperada. O menino lança a nós um grito de socorro, um pedido de reconhecimento e valorização. Surge diante de nós da treva em que o metemos, desembaraçando-se aos trancos e barrancos do manto simbólico que o ocultava. O sujeito que não era visto impõe-se a nós. Exige que o tratemos como um sujeito. Recupera visibilidade, recompõe-se como sujeito, se reafirma e reconstrói. Põe-se em marcha um movimento de formação de si, de autocriação.

Quando seria necessário reforçar a autoestima dos jovens transgressores no processo de recuperação e mudança, as instituições jurídico-políticas os encaminham na direção contrária: punem, humilham e dizem a eles: “Vocês são o lixo da humanidade!” É isso que lhes é dito quando são enviados às instituições “socioeducativas”, que não merecem o nome que têm – o nome mais parece uma ironia. Sendo lixo, sabendo-se lixo, pensando que é este o juízo que a sociedade faz sobre eles, o que se pode esperar? As instituições públicas lançam ao fogo do inferno carcerário-punitivo os grupos e indivíduos mais vulneráveis – mais vulneráveis dos pontos de vista social, econômico, cultural e psicológico.

Esmagando a autoestima do adolescente que errou, a sociedade lava as mãos, mais ou menos consciente de que está armando uma bomba-relógio contra si mesma, contudo feliz, estupidamente feliz por celebrar e consagrar seus preconceitos. O preço dessa consagração autocomplacente é a violência.”



SOARES, L.E. Em: “Juventude e Sociedade – Trabalho, Educação, Cultura e Participação”. Org: Regina Novaes e Paulo Vannuchi. Ed. Perseu Abramo. Imagem:Cidade de Deus, de Fernando Meirelles. O debate está aberto! Compartilhem e comentem à vontade!

TERCEIRA PROPOSTA

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **“A VIOLÊNCIA E O ESTADO DE VULNERABILIDADE DO JOVEM NEGRO NO BRASIL”**, apresentando proposta de intervenção social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Os jovens negros são as principais vítimas e estão em situação de maior vulnerabilidade à violência no Brasil, aponta o relatório Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial 2014. O levantamento mostra que, em todos os estados brasileiros, à exceção do Paraná, os negros com idade de 12 a 29 anos correm mais risco de exposição à violência que os brancos na mesma faixa etária. No caso específico dos homicídios, o risco de uma pessoa negra ser assassinada no Brasil é, em média, 2,5 vezes maior que uma pessoa branca.

Um indicador inédito, o chamado Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) – Violência e Desigualdade Racial, mostra que a cor da pele dos jovens está diretamente relacionada ao risco de exposição à violência a que estão submetidos. O novo índice foi calculado com base em cinco categorias: mortalidade por homicídios, mortalidade por acidentes de trânsito, frequência à escola e situação de emprego, pobreza no município e desigualdade. Os dados são de 2012.



UNESCO no Brasil – 06/05/2015.

Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasil/about-this-office/single-view/news/new_index_shows_vulnerability_of_youth_violence_in_brazil/#.VWk87dJViko

Morte de jovens negros cresce 21% em 5 anos no país

Só em 2012, foram mortos quase 23 mil jovens pretos e pardos de 12 a 29 anos no país. O número é superior à média anual de mortes em conflitos como o da guerra civil de Angola, com 20,3 mil mortos ao ano de 1975 a 2002.

Segundo o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade (IVJ) 2014, a morte de jovens negros em 2012 cresceu 21,3% em relação a 2007. Esta é a primeira vez que a desigualdade racial entra no cômputo do quanto o jovem está vulnerável em cada localidade do país.

Para Valter Roberto Silvério, do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFSCar, esses dados reiteram a ideia de genocídio dos jovens pretos e pardos, lançada pelo movimento negro em 2007.

"É um termo forte para a academia e a imprensa, mas, se pegarmos esses indicadores espantosos, eu pergunto: que termo usar quando morrem milhares de jovens negros ao longo de anos?"

Segundo Silvério, o debate ainda é marginal e tímido porque o Brasil é uma sociedade racista desde os tempos da Colônia. "Há uma ideologia da mestiçagem que nega o recorte de cor. E, se você coloca esse recorte, se torna algo, e não vítima."

Fernanda Mena – jornal Folha de São Paulo – 05/01/2015.

NÚMERO DE MORTES

30 mil jovens, aproximadamente, foram assassinados em 2012



VARIAÇÃO DE HOMICÍDIOS ENTRE JOVENS

De 2007 a 2012, entre negros e brancos de 12 a 29 anos

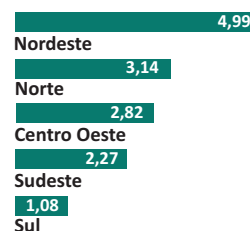
-5,5 %
Foi a queda no total de homicídios de jovens **brancos**

21,3% foi o aumento no total de homicídios de jovens negros



O **Paraná** é o único Estado em que o jovem branco tem mais chance de ser vítima de homicídio que o jovem negro, com índice de **0,66**

ÍNDICE POR REGIÃO



Fonte: índice de Vulnerabilidade Juvenil à violência e Desigualdade 2014

INSTRUÇÕES

- O **rascunho** da redação deve ser feito no espaço apropriado.
 - O **texto definitivo** deve ser escrito **à tinta**, na **folha própria**, em até **40 linhas**.
 - A redação que apresentar cópia dos textos motivadores terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
- Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:**
- Tiver menos de 20 linhas escritas, sendo considerada “insuficiente”.
 - Fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo
 - Apresentar desrespeito aos direitos humanos.
 - Apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.

QUARTA PROPOSTA

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **“AIDS – O DESAFIO DA CONSCIENTIZAÇÃO DIANTE DO AFROUXAMENTO DA PREVENÇÃO”**, apresentando proposta de intervenção social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Apesar da tendência de estabilização do número de pessoas com o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) no Brasil, o Ministério da Saúde registrou aumento da incidência do vírus em alguns grupos da população. “Vemos maior prevalência de casos no Rio Grande do Sul, uma tendência de aumento no Norte e Nordeste do país e uma tendência de aumento importante entre os mais jovens de 15 a 24 anos, em particular entre meninos jovens que fazem sexo com meninos jovens”, explicou o ministro da Saúde, Arthur Chioro, na tarde de hoje (1º), Dia Mundial de Luta contra a Aids.

Dados divulgados pelo ministro da Saúde mostram que 734 mil pessoas vivem com HIV no Brasil. Do total, 589 mil foram diagnosticadas e 145 mil ainda não sabem que têm o vírus. A incidência do vírus no país é 20,4 casos por grupo de 100 mil habitantes, mas a equivalência sobe para 41,3 no Rio Grande do Sul e para 33,4 no Amazonas. A incidência é maior no público masculino que no feminino, com 26,9 e 14,1 casos em 100 mil habitantes, respectivamente.

Entre os jovens que têm entre 15 e 24 anos a incidência tem aumentado, passando de 9,6 casos por 100 mil habitantes em 2004, para 12,7 casos por 100 mil habitantes em 2013. Ao todo, 4.414 novos jovens foram detectados com o vírus em 2013, enquanto em 2004 eram 3.453.

Aline Leal – Agência Brasil – 01/12/2014.

Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-12/incidencia-de-aids-entre-gays-e-travestis-jovens-preocupa-ministro-chioro>

Espalhados em sites e blogs pela internet e presentes em saunas e casas de sexo, grupos de homens soropositivos de diversas partes do Brasil têm usado táticas para infectar parceiros sexuais propositalmente. Adeptos da modalidade bareback, na qual gays fazem sexo sem camisinha, eles têm compartilhado dicas de como transmitir o HIV sem que o parceiro perceba. A prática é considerada crime e tem causado preocupação na área da saúde e também no meio LGBT.

Na web e nas baladas, os barebackers formam o "clube do carimbo". Em blogs, compartilham diferentes técnicas para fazer sexo sem proteção ou furar a camisinha. Fotos e vídeos ilustram o "passo a passo".

Há três semanas, uma dessas páginas chamou a atenção e foi compartilhada nas redes sociais. Nas postagens, um aviso de que as férias escolares e o carnaval são os melhores momentos para "carimbar" (ato de transmitir o vírus), principalmente os jovens.

Edgar Maciel – 22/02/2015.

Disponível em: <http://noticias.r7.com/saude/grupos-de-homens-usam-taticas-para-passar-virus-hiv-de-proposito-22022015>

Não temos dúvidas de que o que colhemos hoje é o resultado de uma situação de completa miopia do ponto de vista de campanhas de prevenção. Percebemos que, enquanto no mundo as campanhas de prevenção têm visado à educação sexual e em alguns casos até mesmo à abstinência sexual, em nosso país o foco inadequado estimulou um comportamento desregrado sobre a sexualidade para a juventude que não teme nada e não enxerga a AIDS como uma ameaça para sua existência.

São muitos os equívocos das campanhas oficiais. Elas sempre focam os abusos e comportamentos promíscuos, com isso dão o aval à liberdade sexual, sem destacar a maturidade moral. Recentemente, a bola fora foi uma campanha que fazia apologia aos profissionais do sexo como forma de combater a AIDS e as DSTs.

A médica infectologista e pesquisadora do Laboratório de Pesquisas Clínicas DST/AIDS da Fiocruz, Brenda Hoagland, afirmou com razão que “a gente tem de mudar a maneira de fazer campanha. Primeiro, porque ela só acontece no carnaval. Depois porque é preciso ter campanhas educativas e mais elucidativas sobre onde o risco é maior”.

Fora disso (...) temos a mídia atrelada ao consumo (seja lá do que for); a mesma mídia a difundir a erotização e a indução de padrões de comportamento como se tudo fosse normal. A banalização não significa que seja normal.

Marlene Nobre – Rádio Boa Nova – 02/09/2014.

Disponível em: <http://radioboanova.com.br/artigos/aids-diminui-mundo-e-aumenta-brasil/>

INSTRUÇÕES
▪ O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
▪ O texto definitivo deve ser escrito à tinta , na folha própria , em até 40 linhas .
▪ A redação que apresentar cópia dos textos motivadores terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:
▪ Tiver menos de 20 linhas escritas, sendo considerada “insuficiente”.
▪ Fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo
▪ Apresentar desrespeito aos direitos humanos.
▪ Apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.

QUINTA PROPOSTA

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **“CRIMES DE PEDOFILIA NO BRASIL: COMO EXTINGUIR ESSE MAL?”**, apresentando proposta de intervenção social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

O número de prisões por pornografia infantil na internet vem crescendo ano a ano e mais que dobrou no Brasil em 2013. É o que mostra um relatório da Polícia Federal divulgado hoje pela Folha de S. Paulo.

Considerada crime no Brasil, a pornografia infantil envolve a produção, distribuição e posse de imagens de crianças com conteúdo sexual. É um delito que acontece basicamente na internet.

Segundo o relatório, houve 134 prisões motivadas por pedofilia em 2013, contra 59 em 2012. O crescimento foi de 127%. O número de investigações realizadas pela polícia também dobrou, indo de 860 em 2012 para 1.789 no ano passado. Quase um terço das investigações, 534, aconteceram no estado de São Paulo. O Rio de Janeiro vem em segundo lugar com 210 processos. E 63% dos indiciados são homens com idade entre 18 e 37 anos.

Maurício Grego – Revista Exame – 26/02/2014.

Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/prisoas-por-pedofilia-mais-que-dobraram-no-brasil>

Pessoas que testemunharam contra o ex-prefeito de Coari, Adail Pinheiro, sobre a existência de uma suposta rede de pedofilia comandada pelo ex-chefe do Executivo do município, afirmam estar sendo ameaçadas de morte, segundo a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga o caso. Por este motivo, de acordo com a CPI da Pedofilia, duas destas testemunhas voltaram atrás em seus relatos junto ao Tribunal de Justiça do Amazonas, por meio de declarações feitas por escrito. A denúncia foi feita na manhã da sexta-feira (14) na Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam), durante entrevista coletiva.

Os deputados estaduais Abdala Fraxe (PTN), presidente da CPI, Orlando Cidade (PTN), Luiz Castro (PPS), Conceição Sampaio (PP) e José Ricardo (PT) informaram que, além das ameaças de morte, as testemunhas também estão recebendo ofertas em dinheiro e outros benefícios, como aluguéis de apartamentos em Manaus para alterarem os depoimentos feitos aos deputados amazonenses e ao Ministério Público do Estado (MPE-AM).

O objetivo, segundo Abdala Fraxe, é desacreditar o trabalho da Comissão e facilitar a defesa de Adail Pinheiro. "Se há 45 dias elas [testemunhas] não tinham onde morar, não sei o que pode ter acontecido para que elas já pudessem pagar aluguéis em flats de Manaus, que possuem preços altíssimos. Tenho certeza absoluta que esta verdadeira quadrilha do município de Coari está por trás dessa cooptação e a gente tem que repudiar firmemente, principalmente porque a informação que temos é de que queriam imputar aos membros da CPI a acusação de que os depoimentos foram tomados à força, por coação ou financiados. E isso é uma injúria, uma difamação que a CPI não vai aceitar", afirmou Fraxe.

Adneison Severiano – Do G1 AM – 15/11/2014.

Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2014/11/no-am-cpi-da-pedofilia-denuncia-supostas-ameacas-testemunhas.html>

O número de casos de pedofilia pela rede cresce sem parar no Brasil. O País ocupa a terceira posição no ranking dos que mais consomem esse tipo de material pornográfico, atrás apenas dos Estados Unidos e Alemanha, respectivamente. Apesar do crescimento do número de casos, as condenações referentes à distribuição de material de pedofilia ainda são poucas. Segundo o delegado da Polícia Federal Jessé Coelho, a maior dificuldade é comprovar a transmissão de imagens pornográficas de um computador para outro.

“A lei mudou há pouco tempo. Antes, ter material armazenado no computador não era crime, hoje é. Provar a distribuição dessas imagens é tecnicamente mais complicado”, explica.

O policial acredita que, por causa da mudança na lei, o número de condenações irá crescer nos próximos anos. “Estamos no caminho certo. Os provedores e portais estão colaborando, denunciam páginas com conteúdo inapropriado e a Justiça vem concedendo autorizações para a quebra de sigilo de forma rápida”, diz.

Advogados e delegados especializados explicam que a demora na entrega de laudos e a morosidade da Justiça contribuem para agravar o problema. O advogado Rony Vainzof, especializado em Direito Eletrônico e Digital, ressalta a necessidade de adequar as leis existentes às especificidades da rede mundial de computadores.

(...)

A ideia de que o cibercriminoso não tem rosto e, portanto, não será pego, provoca outro problema, a subnotificação dos casos. “Muitos deixam de procurar uma delegacia de polícia porque não acreditam que é possível descobrir a autoria de crimes cometidos na web. Acontece que é grande a possibilidade de ocorrer o esclarecimento desses crimes se a vítima fornecer o maior número possível de informações”, explica o delegado Jorge.

Disponível em: Grupo Rac – http://portal.rac.com.br/noticias/index_teste.php?tp=correio-escola&id=/79168&ano=/2011&mes=/03&dia=/29&titulo=/brasil-ocupa-terceiro-lugar-em-casos-de-pedofilia. Acesso em 16/06/2014.

INSTRUÇÕES
▪ O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
▪ O texto definitivo deve ser escrito à tinta , na folha própria , em até 40 linhas .
▪ A redação que apresentar cópia dos textos motivadores terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:
▪ Tiver menos de 20 linhas escritas, sendo considerada “insuficiente”.
▪ Fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo
▪ Apresentar desrespeito aos direitos humanos.
▪ Apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.

SEXTA PROPOSTA

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **“A DIMINUIÇÃO DA POBREZA EXTREMA NO BRASIL É UMA REALIDADE, MAS A PENUMBRA EXISTENCIAL DOS QUE AINDA SE ENCONTRAM NELA TAMBÉM”**, apresentando proposta de intervenção social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

ONG cria campanha impactante para mostrar como a mídia ignora a pobreza extrema no Brasil

Por mais que não vire notícia nos jornais, por mais que você passe e finja que não viu, a pobreza continua ali. Mais do que uma palavra, ela é uma realidade na vida de milhões de brasileiros que lutam diariamente pela sua sobrevivência, nas ruas ou em casas improvisadas e sem nenhuma segurança. Para conscientizar sobre o problema, a ONG internacional TETO criou um ensaio fotográfico impactante, que mostra moradores de uma comunidade carente de Guarulhos (SP) segurando algumas manchetes que já estamos acostumados a ver em jornais e revistas. Caso você esteja se perguntando, nenhuma delas é sobre a realidade enfrentada por eles. Com o mote “o problema não é o que vira notícia, mas o que deixa de ser”, o ensaio visa conscientizar a sociedade.

Redação Hypeless. 27/04/2015.

Disponível em: <http://www.hypeless.com.br/author/editor/>

O Brasil conseguiu praticamente eliminar a pobreza extrema e fez isso mais rápido que seus vizinhos. A afirmação é do Banco Mundial, que em seu último relatório ressalta que o número de brasileiros vivendo com menos de 2,5 dólares (cerca de 7,5 reais) por dia caiu de 10% para 4% entre 2001 e 2013. O estudo “Prosperidade Compartilhada e Erradicação da Pobreza na América Latina e Caribe” acrescenta que a renda de 60% dos brasileiros aumentou entre 1990 e 2009 e que o Brasil é um dos exemplos mais brilhantes de redução de pobreza na última década.

“Ao todo 25 milhões de pessoas deixaram de viver na pobreza (extrema ou moderada), isso representa uma em cada duas pessoas que saíram da miséria na América Latina e no Caribe entre 1990 e 2009”. Os autores explicam que, até 1999, os índices de pobreza extrema no Brasil e no restante da região eram semelhantes e rondavam os 26%. Foi em 2012 que a instituição começou a observar uma maior redução em território brasileiro: 9,6% ante 12% do restante do continente.

A instituição explica as causas dos bons resultados, em um momento em que um Brasil estagnado batalha para não entrar em recessão. A primeira é o crescimento econômico a partir de 2001, iniciado durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso, “bastante mais estável que o registrado durante as duas décadas anteriores”. Em segundo lugar são elogiadas as políticas públicas que têm como objetivo a erradicação da pobreza, como o Bolsa Família, que oferece uma modesta renda mensal em troca da escolarização dos filhos, ou o Brasil sem Miséria, pensado para os mais pobres. Em último lugar se destaca o mercado de trabalho nacional, cujas taxas de emprego formal aumentaram 60% e a evolução do salário mínimo, hoje de cerca de 260 dólares (788 reais).

“O crescimento, modesto mas contínuo, tornou-se mais inclusivo graças a políticas fortemente enfocadas na redução da pobreza e a favor de um mercado de trabalho forte”, afirma o relatório, que adverte que o desafio ainda não acabou: “Embora o país tenha eliminado quase por completo a pobreza extrema na última década, 18 milhões de brasileiros continuam vivendo na pobreza, um terço da população não conseguiu acessar a classe média e se mantém economicamente vulnerável”.

Jornal El País – 23/04/2015.

Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/23/politica/1429790575_591974.html

O problema da pobreza no Brasil não está completamente superado, disse o assessor da Secretaria Geral da Presidência da República, Selvino Heck, em audiência pública realizada nesta terça-feira (22) na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Na audiência, foram discutidas ações nacionais e internacionais de combate à fome e à miséria.

Segundo Selvino Heck, apesar de o país não possuir mais pessoas em situação de fome crônica, ainda existem 20 milhões de brasileiros que vivem em extrema pobreza.

Ele lembrou que um dos desafios da presidente Dilma Rousseff é justamente erradicar a pobreza extrema até 2015, conforme preveem as Metas do Milênio, estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A proposta do governo, informou Heck, inclui dar continuidade e ampliar a distribuição de renda; qualificar a oferta de serviços públicos, como acesso à saúde e à educação; e implementar ações de inclusão produtiva, com a criação de emprego e valorização da agricultura familiar; entre outras medidas.

Na avaliação do assessor, os conceitos de pobreza e de extrema pobreza não envolvem apenas os critérios de renda e fome. Para ele, o acesso mínimo a serviços que ofereçam qualidade de vida, como saúde, moradia e educação, também devem ser observados.

Esse direito à alimentação não é apenas comer. É também o direito à saúde, à educação, a ser cidadão, a participar da vida social, a participar da democracia brasileira e, portanto, ter consciência desses direitos, poder se organizar inclusive para lutar por eles – destacou, ao observar que o combate à pobreza exige atuação conjunta dos governos estaduais, da sociedade e do Parlamento. Meio ambiente

A pobreza no mundo, ressaltou Selvino Heck, tem aumentado em razão de catástrofes ambientais. Para ele, projetos de desenvolvimento devem, necessariamente, incorporar a questão ambiental.

Para o senador Sérgio Petecão (PMN-AC), o cuidado com o meio ambiente, especialmente em relação à região amazônica, deve incluir políticas destinadas ao ser humano. Ele disse que na Amazônia, considerada “o maior patrimônio do Brasil, o pulmão do mundo”, existem pessoas que vivem abaixo da linha da miséria.

Fonte: Agência Senado – 22/03/2011, atualizado em 19/02/2015.

Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/03/22/brasil-ainda-tem-20-milhoes-em-pobreza-extrema-lembra-assessor-da-presidencia>

Sara de Jesus Lima, 23, interrompe a conversa com a reportagem na área rural de Alto Alegre do Pindaré, vai até o quarto e volta com uma fotografia em mãos. É a imagem do filho, que morreu no trabalho de parto. A mãe de Samara, 4 anos, está grávida de quatro meses e não recebe o Bolsa Família. “Nunca fui atrás. Nem tirei os documentos”, conta. A família sobrevive do dinheiro que o marido recebe na roça e da ajuda de vizinhos. Não são poucos os dias em que todos passam fome ou comem apenas uma papa de farinha com água ou um mingau de arroz. Na tarde da última quinta, havia apenas quatro garrafas de água e uma de limonada na geladeira. A família mora em uma casa de barro, com teto de palha, mobiliada apenas por duas redes, um colchão de casal apoiado em pedaços de madeira e a geladeira, distribuídos em três cômodos – sala, quarto e cozinha. O banheiro, uma estrutura aberta cercada de palha, fica nos fundos do terreno: é um buraco no chão coberto por uma tampa removível de madeira – uma estrutura bastante comum na área rural da região. Logo ao lado, mora a mãe dela, Terezinha de Jesus Lima, que não sabe a própria idade. Ela, o marido, de 67 anos, e outros dois filhos sobrevivem dos 374 reais que ganham do Bolsa Família, mas não tinham conseguido sacar o rendimento do mês porque o dinheiro havia acabado na lotérica. “Tem dias que o velho pergunta: ‘Minha velha, o que vamos comer hoje?’ Eu falo: ‘Meu velho, é só dormir que a fome passa. E esperar amanhã por Deus”.

Talita Bedinelli, Jornal El País – 20/09/2014.

Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/21/politica/1411258987_199737.html

INSTRUÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> ▪ O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 40 linhas.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ A redação que apresentar cópia dos textos motivadores terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
<p>Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:</p>
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tiver menos de 20 linhas escritas, sendo considerada “insuficiente”.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentar desrespeito aos direitos humanos.
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.

SÉTIMA PROPOSTA

Com base na leitura dos textos motivadores seguintes e nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema **“O EXCESSO DE PARTO CESARIANO NO BRASIL E A EPIDEMIA DO DESCONTROLE”**, apresentando proposta de intervenção social que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Já se sabe que o Brasil não vai conseguir atingir a meta número cinco dos Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). O quinto alvo, melhorar a saúde da gestante, se divide em reduzir a mortalidade materna (meta A) e universalizar o acesso à saúde sexual e reprodutiva (meta B). “No Brasil, um fator que dificulta a redução dessas mortes é o elevado número de partos cesáreos. A percentagem de cesarianas tem se mantido em patamares muito altos e com tendência de crescimento em todas as regiões. O índice nacional de 41% em 1996 subiu para quase 54% em 2011”, afirma o 5º Relatório Nacional de Acompanhamento das Metas, divulgado pelo governo federal neste mês. A recomendação da Organização Mundial de Saúde é um índice entre 5% e 15%.

Dados divulgados ontem na pesquisa ‘Nascer no Brasil: Inquérito Nacional sobre Parto e Nascimento’, da Fundação Oswaldo Cruz, mostram que o índice brasileiro de cesarianas é de 52%, chegando a 88% na rede privada. O estudo mostra ainda que 70% das mulheres queriam parto normal logo que engravidaram. No total, 23.894 mulheres foram entrevistadas em 266 hospitais de 191 cidades brasileiras entre 2011 e 2012.

Apesar das mortes de mães terem diminuído de 142 para cada 100 mil nascidos vivos, em 1990, para 64 mortes, em 2011, a taxa de mortalidade materna não chegará a 35, em 2015, como estipulado pela ONU. Em países como o Canadá, por exemplo, são registrados oito mortes a cada 100 mil nascidos vivos.

É importante lembrar que entre 80 e 90% dessas mortes poderiam ser evitadas. Isso significa dizer que essas mulheres poderiam estar criando seus filhos. Pediatra, epidemiologista e coordenadora da Comissão Perinatal da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, Sônia Lansky lembra que a cesariana aumenta em até sete vezes o risco de complicações em relação ao parto normal. “Em Belo Horizonte, todo ano temos uma morte por cesariana desnecessária”, revela.

Valéria Mendes, Jornal Estado de Minas – 30/05/2014.

Disponível em: http://sites.uai.com.br/app/noticia/saudeplena/noticias/2014/05/30/noticia_saudeplena,148840/cesariana-esta-entre-os-motivos-que-impedem-brasil-de-atingir-meta-de.shtml

No último dia 10, a Organização Mundial de Saúde (OMS) divulgou um alerta sobre o excesso de cesarianas desnecessárias em países como o Brasil, o líder disparado nesse tipo de parto. De acordo com o ranking da OMS, somos o único país do globo a ter mais da metade de todos os nascimentos feitos por essa cirurgia: 53,7%. Apenas o Chipre chegou próximo a essa colocação em 2007, quando apresentava 50,9% de crianças nascidas por cesariana.

Rita Loiola, Revista Veja – 19/04/2015.

Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/saude/cesariana-por-que-no-brasil-ela-e-uma-epidemia/>

O Ministério da Saúde e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) anunciaram ontem um conjunto de medidas para tentar frear a epidemia de cesáreas. A questão leva oito a cada 10 mulheres atendidas pelos planos de saúde terem os bebês por meio do parto cirúrgico. A partir de agora, as gestantes poderão solicitar às operadoras dos planos de saúde os percentuais de cesáreas dos hospitais e dos médicos credenciados. As credenciadas vão ter o prazo máximo de 15 dias para enviar as informações, sob pena de multa de R\$ 25 mil.

Outra providência que entra em vigor é a obrigatoriedade das operadoras em oferecer o cartão da gestante, documento no qual constará o registro de todo o pré-natal. As empresas também terão de fornecer uma carta com informações sobre os riscos de realizar uma cesárea sem necessidade. Haverá ainda a obrigatoriedade dos médicos em preencher um partograma, espécie de registro gráfico de tudo o que ocorreu no momento do parto.

O documento será um dos requisitos para que a operadora possa efetuar o pagamento dos procedimentos realizados. Para o diretor-presidente da ANS, André Longo, a medida “vai induzir uma mudança de comportamento nos hospitais que certamente querem receber pelo procedimento que estão fazendo”. Além disso, o partograma também criará um mecanismo de dados que poderão ser usados em fiscalizações e auditorias. Com isso, tanto as operadoras quanto a própria agência que as regula poderão saber se houve cesáreas indicadas sem necessidade.

Jornal O Povo – 07/01/2015.

Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/brasil/2015/01/07/noticiasjornalbrasil,3372805/governo-vai-tentar-frear-epidemia-de-cesareas-no-brasil.shtml>

INSTRUÇÕES

- O **rascunho** da redação deve ser feito no espaço apropriado.
 - O **texto definitivo** deve ser escrito **à tinta**, na **folha própria**, em até **40 linhas**.
 - A redação que apresentar cópia dos textos motivadores terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
- Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:**
- Tiver menos de 20 linhas escritas, sendo considerada “insuficiente”.
 - Fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo
 - Apresentar desrespeito aos direitos humanos.
 - Apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.

"Conte-me e eu esqueço.
Mostre-me e eu apenas me lembro.
Envolve-me e eu compreendo."

Confúcio


prepara
enem



62 3877 3223 | 3877 3222



WWW.GRUPOPREPARAENEM.COM.BR

ISBN 978-85-88249-26-4




CLASSIS
EDITORA